



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA DÉCIMA QUARTA VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Inquérito Policial n. 0020/2017-SR/PF/RN

Referente ao Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400

Denúncia n. 017/2017

EMENTA: *Procedimento autuado como inquérito no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Posterior remessa à Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio Grande do Norte, onde restou autuado como inquérito policial. Fatos e evidências oriundos da chamada “Operação Lava Jato”. Solicitação e efetivo recebimento de vantagens indevidas por parte de dois ex-Deputados Federais, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais e não oficiais, nos anos de 2012 e 2014, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor dos interesses de empreiteiras. Oferta e efetivo pagamento das vantagens indevidas pelas empresas, com a finalidade de obter favorecimentos dos parlamentares, o que efetivamente ocorreu. Existência de grupo criminoso organizado, formado de mais de quatro pessoas, sendo duas delas agentes públicos, estruturalmente ordenado, com divisão de tarefas e com o objetivo de obter vantagem financeira mediante a prática de crimes de pena máxima superior a quatro anos, atuando inclusive para lavagem de valores ilícitos por meio de prestações de contas de campanhas eleitorais. Configuração dos crimes de corrupção passiva qualificada, corrupção ativa qualificada, lavagem de dinheiro qualificada e organização criminosa qualificada, previstos nos artigos 317, § 1º, e 333, parágrafo único, ambos do Código Penal, no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 e no artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013. Existência de provas de materialidade e autoria delitiva. Oferecimento de denúncia.*

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio dos Procuradores da República subscritores, no exercício da função institucional prevista no artigo 129, inciso I, da Constituição de 1988, no artigo 6º, inciso V, da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Lei Complementar n. 75/1993 e no artigo 24 do Código de Processo Penal, tendo em vista os fatos apurados no Inquérito Policial n. 0020/2017-SR/PF/RN, vem oferecer **DENÚNCIA** contra:

EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, brasileiro, casado, ex-Deputado Federal, nascido em 29/09/1958, filho de Elza Cosentino da Cunha e Elcy Teixeira da Cunha, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 504.479.717-00, residente no SHIS 12, Conjunto 11, Casa 05, Brasília/DF, atualmente recolhido no Complexo Médico Penal – CMP do Paraná, localizado na Avenida Ivone Pimentel, s/n., Canguiri, Pinhais/PR, onde poderá ser citado;

HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, brasileiro, em união estável, ex-Deputado Federal, nascido em 09/12/1948, filho de Ivone Lyra Alves e Aluizio Alves, inscrito no CPF/MF sob o n. 130.470.197-20, residente na Rua Dionisio Filgueira, n. 864, apartamento 1901, Petrópolis, Natal/RN, atualmente recolhido na Academia da Polícia Militar Coronel Milton Freire, localizada na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, n. 959, Lagoa Seca, Natal/RN, onde poderá ser citado;

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, conhecido como “**Léo Pinheiro**”, brasileiro, casado, ex-presidente da OAS, nascido em 29/09/1951, filho de Izalta Ferraz Pinheiro e José Adelmário Pinheiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 078.105.635-72, residente na Rua Roberto Caldas Kerr, n. 151, Edifício Planalto, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP e na Avenida Oceânica, n. 1545, apartamento 204, Ondina, Salvador/BA, atualmente recolhido na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná, localizada na Rua Professora Sandália Monzon, n. 210, Santa Cândida, Curitiba/PR;

FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS (colaborador), brasileiro, casado, executivo da Odebrecht, nascido em 12/07/1964, filho de Sonia Ayres da Cunha Santos Reis e Luiz Fernando Santos Reis, inscrito no CPF/MF sob o n. 858.372.377-04, residente e domiciliado na Rodovia BR 040, Km 46,5, Condomínio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Paddock, Casa 2, Pedro do Rio, Petrópolis/RJ;

CARLOS FREDERICO QUEIROZ BATISTA DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, nascido em 25/02/1969, filho de Maria do Carmo Queiroz Batista da Silva, inscrito no CPF/MF sob o n. 596.359.754-49, residente na Rua José Olívio Vale, n. 1904, apartamento 1102, Condomínio Água Marinha, Tirol, Natal/RN, com domicílio profissional na sede da empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., localizada na Avenida Rio Cajupiranga, n. 212, Parque Industrial, Emaús, Parnamirim/RN, atualmente recolhido no Quartel do Comando da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, localizado na Rua Rodrigues Alves, s/n., Tirol, Natal/RN, onde poderá ser citado; e

ARTURO SILVEIRA DIAS DE ARRUDA CÂMARA, brasileiro, casado, empresário, nascido em 14/04/1974, filho de Nilma Silveira Dias Arruda Câmara e Cassiano Arruda Câmara, inscrito no CPF/MF sob o n. 655.307.214-00, residente na Avenida Rodrigues Alves, n. 410, apartamento 1200, Petrópolis, Natal/RN, com domicílio profissional na sede da empresa Art & C Marketing Político Ltda., localizada na Rua Romualdo Galvão, n. 920, Lagoa Nova, Natal/RN.

1. Síntese das imputações

1.a) Síntese geral

Entre 2012 e 2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam vantagens indevidas, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais e não oficiais, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor dos interesses de empreiteiras, que ofertaram e de fato pagaram os valores em questão. Paralelamente a isso, o ex-Deputado Federal Henrique Eduardo Lyra Alves, com o auxílio de seu aliado político Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva e de seu cunhado Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, montou uma estrutura organizada para lavagem, por meio de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

prestações de contas eleitorais, dos valores ilicitamente obtidos, a qual foi utilizada especialmente na campanha do ex-parlamentar ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014, tendo atuado até o início de 2015. Em meio a essa situação, no ano de 2013, Henrique Eduardo Lyra Alves obteve, ainda, vantagens indevidas em favor do ABC Futebol Clube e do América de Natal, intercedendo perante a OAS para que tais equipes celebrassem contratos de utilização da Arena das Dunas em condições que lhes fossem mais favoráveis. As provas dos fatos consistem em mensagens de celulares apreendidos, prestações de contas eleitorais, dados bancários, dados telefônicos, depoimentos testemunhais, diligências de campo, documentos e depoimentos de colaborações premiadas. As condutas correspondem aos crimes de corrupção passiva qualificada, corrupção ativa qualificada, lavagem de dinheiro qualificada e organização criminosa qualificada, previstos nos artigos 317, § 1º, e 333, parágrafo único, ambos do Código Penal, no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 e no artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013.

1.b) Síntese dos fatos ocorridos em 2012:

Entre 28/06/2012 e 29/06/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doação feita ao Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, fora do período eleitoral, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doação eleitoral



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Em 13/08/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **RS 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doação eleitoral oficial feita ao Diretório Nacional do PMDB, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doação eleitoral disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 13/08/2012 e 11/09/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **RS**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1.000.000,00 (um milhão de reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas ao Diretório Nacional do PMDB, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 22/08/2012 e 12/09/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas ao Diretório Nacional do PMDB, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 16/10/2012 e 17/10/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doação eleitoral oficial feita ao Diretório Nacional do PMDB, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doação eleitoral disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1.c) Síntese dos fatos ocorridos em 2013:

Em 2013, em Natal/RN, houve solicitação de vantagem indevida por parte do ex-Deputado Federal Henrique Eduardo Lyra Alves à OAS em favor dos clubes de futebol ABC e América de Natal. Entre março e julho de 2013, o ex-parlamentar, de modo livre, consciente e voluntário, intercedeu perante José Adelmário Pinheiro Filho a fim de que a OAS celebrasse com essas equipes contratos de utilização da Arena das Dunas, em Natal/RN, em condições mais favoráveis aos times de futebol, os quais receberam, somente a título de luvas, o valor de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** cada um. “Léo Pinheiro”, livre, consciente e voluntariamente, ofertou e efetivamente pagou os valores em questão para manter bom relacionamento com Henrique Eduardo Lyra Alves, o qual, na mesma época, em junho e julho de 2013, veio a atuar em favor dos interesses da empreiteira exatamente na superação de entraves à liberação do financiamento do BNDES referente à construção da Arena das Dunas. O ex-Deputado Federal cometeu o crime de corrupção passiva qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal), ao passo que o empreiteiro praticou o crime de corrupção ativa qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal).

1.d) Sínteses dos fatos ocorridos em 2014 e início de 2015:

Entre 23/07/2014 e 11/09/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais que, em última análise, chegaram à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que inclusive já tinha ocorrido no passado, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 24/06/2014 e 27/08/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas ao Diretório Estadual do PMDB do Rio Grande do Norte, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que inclusive já tinha ocorrido no passado, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o empreiteiro praticou os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Entre 16/10/2014 e 23/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram vantagens indevidas, em valor não especificado, a serem pagas de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais feitas à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor das empreiteiras OAS e Odebrecht, tendo essa última de fato repassado pelo menos **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** a esse título, através do Diretório Nacional do PMDB e do Diretório Estadual do PMDB/RN, por meio do executivo Benedicto Barbosa Júnior. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses das empreiteiras. Tratava-se de valores devidos pela OAS, mas, em razão da afirmativa de “Léo Pinheiro” de que não era viável a realização do pagamento naquela ocasião, as quantias acabaram sendo solicitadas à Odebrecht, para posterior compensação entre as empreiteiras. A atuação dos ex-parlamentares em favor da OAS já tinha ocorrido no passado, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doação eleitoral disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 02/08/2014 e 16/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doação eleitoral não contabilizada (caixa dois), acertada com o executivo da Odebrecht Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis (que ofereceu e pagou os valores, agindo livre, consciente e voluntariamente) e destinada à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

razão da promessa de privatização da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, operação na qual havia interesse da empreiteira em realizar investimento. O repasse de propina por meio de valores em espécie, a pretexto de utilização em campanha eleitoral, não tendo havido a correspondente declaração em prestação de contas, consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317 do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998), ao passo que o executivo da empreiteira praticou os crimes de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 333 do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 10/06/2014 e 22/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram e efetivamente receberam **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar, sobretudo de Eduardo Cosentino da Cunha, em favor da empreiteira Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, que de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente Ricardo Pernambuco Júnior. Os valores destinavam-se a fazer com que Eduardo Cunha continuasse a, por meio de sua atuação política e parlamentar, agir no futuro em prol dos interesses da empreiteira, o que inclusive já tinha ocorrido no passado, em especial entre os anos de 2011 e 2013, por meio da obtenção de financiamento perante a Caixa Econômica Federal para obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, em função do que os dois ex-Deputados Federais receberam vantagens indevidas no exterior, fato que já é objeto de ação penal própria. O repasse de propina por meio de doação eleitoral disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317 do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

Entre 30/07/2014 e 18/09/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram e efetivamente receberam **R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais)**, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas ao Diretório Nacional do PMDB, as quais foram repassadas, em sua integralidade, ao Diretório Estadual do PMDB/RN, que as repassou, pelo menos em parte, à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em razão da atuação política e parlamentar, sobretudo de Eduardo Cosentino da Cunha, em favor da empreiteira Andrade Gutierrez, que de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente Otávio Marques de Azevedo. Os valores consistiram em contrapartida pela atuação de Eduardo Cosentino da Cunha na alteração da redação da Medida Provisória n. 627/2013, que tratava da tributação do lucro de empresas brasileiras no exterior, de modo que o texto final do ato legislativo correspondente contivesse normas que contemplasse os interesses da empresa, o que acabou de fato ocorrendo. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os ex-parlamentares cometeram os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada (artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

No caso, portanto, os ex-Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves receberam propina, para si, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais e não oficiais, no valor total de pelo menos **R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)**. Nesse cômputo não estão incluídos os R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) de luvas obtidas indevidamente por Henrique Eduardo Lyra Alves em favor do ABC Futebol Clube e do América de Natal. O cálculo restringe-se aos valores que beneficiaram diretamente os ex-parlamentares.

Ademais, entre julho de 2014 e fevereiro de 2015, em Natal/RN, Henrique Eduardo Lyra Alves, seu aliado político Carlos Frederico Queiroz Batista Silva e seu cunhado Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara usaram a campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 como mecanismo de lavagem de dinheiro proveniente do crime de corrupção passiva. Foram utilizadas empresas familiares, empresas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

de aliados políticos e empresas de fachada (sem existência de fato e constituídas em nome de “laranjas”) para justificar, ocultar e dissimular, em prestação de contas eleitoral, a utilização de recursos de origem e destinação ilícitas (em proveito pessoal, em compra de votos e de apoio político) pela campanha em questão. Constatou-se significativa soma de valores sacados em espécie, bem como transferências para políticos ou pessoas politicamente relacionadas, evidenciando, no caso, ilicitude não só na obtenção de doações eleitorais, mas também em despesas de campanha. Só pela empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., administrada de fato por Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, transitaram **R\$ 9.031.500,00 (nove milhões, trinta e um mil e quinhentos reais)** da campanha de Henrique Alves, dos quais R\$ 5.539.000,00 (cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais) foram sacados em espécie para uso ilícito. Já à empresa Art & C Marketing Político Ltda., de propriedade de Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, a campanha de Henrique Alves transferiu **R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais)**, revertidos em favor da família do candidato. Os envolvidos praticaram, então, o crime de lavagem dinheiro qualificada (artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998).

1.e) Síntese final

A análise completa dos fatos revela que, entre 2012 e no mínimo o início de 2015, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os ex-Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, em conjunto com empreiteiros, destacando-se, no caso, pelo menos, José Adelmário Pinheiro Filho (“Léo Pinheiro”) da OAS e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis da Odebrecht, constituíram grupo criminoso organizado, formado de mais de quatro pessoas, sendo duas delas agentes públicos (parlamentares), estruturalmente ordenado, com divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagem financeira das empresas mediante doações eleitorais oficiais e não oficiais, em troca da atuação política de ambos os ex-parlamentares em favor dos interesses dos respectivos grupos empresariais, praticando crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, que têm pena máxima superior a quatro anos. No comando do grupo, formando seu núcleo político, encontravam-se os ex-Deputados Federais, que recebiam propina e atuavam em favor de empreiteiras; em nível intermediário, formando o núcleo econômico do grupo, situavam-se os empresários e executivos representantes de empreiteiras, que pagavam propina e eram contempladas com favores dos então parlamentares; em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

instância inferior, compondo o núcleo financeiro ou operacional, localizavam-se os responsáveis pelo aperfeiçoamento do processo de lavagem do dinheiro ilícito, por meio de prestações de contas em campanhas eleitorais. Em relação ao último núcleo, identificou-se sua atuação especialmente na campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, mediante a utilização da empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., de propriedade de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, e da empresa Art & C Marketing Político Ltda., de propriedade do cunhado do candidato, Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, para adoção de diversas estratégias fraudulentas voltadas à ocultação e dissimulação do uso de valores de origem e destinação ilícitas. Todos, agindo de modo livre, consciente e voluntário, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, praticaram o crime de pertinência a organização criminosa qualificada (artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013).

No entanto, Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves já são investigados, no Supremo Tribunal Federal, pelo crime do artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, no Inquérito n. 4327/DF, que trata da organização criminosa do PMDB da Câmara dos Deputados no âmbito da “Operação Lava Jato”. Por outro lado, José Adelmário Pinheiro Filho e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis já são processados e investigados, pelo delito de pertinência a organização criminosa, em diversos casos submetidos à 13ª Vara Federal do Paraná, em Curitiba, também no contexto da “Operação Lava Jato”. Por isso, não se imputa a nenhum dos quatro, na presente situação, o delito do artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013.

2. Origem das investigações

No final do ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal declinou de sua competência para processar o Inquérito n. 4242/DF, que teve início a partir de requerimento da Procuradoria-Geral da República no sentido da instauração de investigação para apurar fatos delituosos supostamente cometidos pelo então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha, pelo ex-Deputado Federal e ex-Ministro de Estado Henrique Eduardo Lyra Alves, bem como pelo ex-presidente do grupo empresarial OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O pedido de inquérito baseou-se em relatórios policiais sobre as mensagens constantes de aparelhos de telefonia móvel (celulares) apreendidos em poder de José Adelmário Pinheiro Filho no decorrer da chamada “Operação Lava Jato”. Os dados em questão, especificamente no que se refere ao presente caso, indicavam, em suma, que, entre 2012 e 2014, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves solicitaram e efetivamente receberam vantagens indevidas, de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor dos interesses da OAS, que ofertou e de fato pagou os valores com base em autorização de seu ex-presidente, “Léo Pinheiro”.

Em razão da perda do mandato parlamentar de Eduardo Cosentino da Cunha e da inexistência de outro investigado com foro por prerrogativa de função, o Supremo Tribunal Federal enviou os autos à Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio Grande do Norte, uma vez que a maior parte dos valores possivelmente ilícitos relacionados ao caso destinou-se à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014. Na Justiça Federal potiguar, o caso restou autuado como inquérito policial, passando a ser identificado como Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400, distribuído à 14ª Vara Federal. Com base nesse feito, o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 e passou a apurar os fatos, requerendo inclusive afastamento de sigilos fiscal, bancário e telefônico, por meio de medida cautelar penal autuada como Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400.

Ao longo da investigação, o órgão ministerial constatou outras situações em que houve o pagamento de vantagens indevidas, por parte de empreiteiras distintas, como a Odebrecht, a Carioca Engenharia e a Andrade Gutierrez, por meio de doações eleitorais oficiais e não oficiais, à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014. Os repasses de valores ilícitos derivaram de solicitações de Eduardo Cosentino da Cunha e ocorreram em contrapartida ao apoio fornecido pelos ex-parlamentares a pretensões de tais empresas perante o Governo Federal.

Diante desse quadro, o Ministério Público Federal enviou os autos do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 à Polícia Federal, requisitando a instauração de inquérito para aprofundamento da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

apuração. A autoridade policial responsável instaurou, então, o Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN. Em seguida, foram formulados pedidos de busca e apreensão e prisão preventiva, originando os Processos n. 0000208-32.2017.4.05.8400 e n. 0000206-62.2017.4.05.8400, respectivamente, os quais restaram deferidos, tendo sido executados no dia 06/06/2017.

3. Contextualização dos fatos no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”

A intitulada “Operação Lava Jato” desvendou um grande esquema de corrupção de agentes públicos e de lavagem de dinheiro primordialmente relacionado à sociedade de economia mista federal Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. A operação assim denominada abrange, na realidade, um conjunto diversificado de investigações e ações penais vinculadas à 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná, em Curitiba.

Inicialmente, procurava-se apurar esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-Deputado Federal José Mohamed Janene, o doleiro Carlos Habib Chater e as empresas CSA Project Finance Ltda. e Dunel Indústria e Comércio Ltda. A investigação inicial foi, a seu tempo, ampliada para alcançar a atuação de diversos outros doleiros, revelando a ação de grupos distintos, mas interligados. Esses doleiros relacionavam-se entre si para o desenvolvimento das atividades criminosas. Formavam, todavia, grupos autônomos e independentes, com alianças pontuais.

No decorrer das investigações sobre branqueamento de capitais, detectaram-se elementos que apontavam no sentido da ocultação de recursos provenientes de crimes de corrupção praticados no âmbito da PETROBRAS. O aprofundamento das apurações conduziu à constatação de que, no mínimo entre os anos de 2004 e 2012 (mas gerando pagamentos espúrios pelo menos até 2014), as diretorias da sociedade de economia mista em questão estavam divididas entre partidos políticos, que eram responsáveis pela indicação e manutenção dos respectivos diretores.

Por outro lado, apurou-se que as empresas que possuíam contratos com a PETROBRAS, notadamente as maiores construtoras brasileiras, criaram



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

um cartel, que passou a atuar de maneira mais efetiva a partir de 2004. Esse cartel era formado, entre outras, pelas seguintes empreiteiras: **ODEBRECHT, OAS, UTC, CAMARGO CORRÊA, QUEIROZ GALVÃO, MENDES JÚNIOR, ANDRADE GUTIERREZ, GALVÃO ENGENHARIA, IESA, ENGEVIX, SETAL, TECHINT, PROMON, MPE, SKANSKA e GDK.** Eventualmente, participavam das fraudes as empresas **ALUSA, FIDENS, JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, TOMÉ ENGENHARIA, CONSTRUCAP e CARIOCA ENGENHARIA.**

Especialmente a partir de 2004, essas empresas dividiram entre si as obras da PETROBRAS, evitando que empreiteiras não participantes do cartel fossem convidadas para os correspondentes processos seletivos ou os vencessem. Referido cartel atuou ao longo de anos, de maneira organizada, inclusive com regras previamente estabelecidas, promovendo a repartição das obras da sociedade de economia mista. Assim, antes do início dos certames, já se sabia qual seria a empresa ganhadora. As demais licitantes apresentavam propostas – em valores maiores do que os ofertados pela empresa que deveria vencer – apenas para dar aparência de legalidade à falsa disputa.

Para garantir a manutenção do cartel, era relevante que as empreiteiras cooptassem agentes públicos da PETROBRAS, especialmente os diretores, que possuíam grande poder de decisão no âmbito da sociedade de economia mista. Isso foi facilitado em razão de os diretores, como já delineado, haverem sido nomeados com base no apoio de partidos, tendo ocorrido comunhão de esforços e interesses entre os poderes econômico e político para implantação e funcionamento do esquema.

Os funcionários de alto escalão da PETROBRAS recebiam vantagens indevidas das empresas cartelizadas e, em contrapartida, não apenas se omitiam em relação ao cartel – ou seja, não criavam obstáculos ao esquema nem atrapalhavam seu funcionamento –, mas também atuavam em favor das construtoras, restringindo os participantes das convocações e agindo para que a empreiteira escolhida pelo cartel fosse a vencedora do certame. Ademais, esses funcionários permitiam negociações diretas injustificadas, celebravam aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, entre outras irregularidades, todas em prol das empresas cartelizadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Os valores ilícitos, porém, destinavam-se não apenas aos diretores da PETROBRAS, mas também aos partidos políticos e aos parlamentares responsáveis pela indicação e manutenção daqueles nos cargos. Tais quantias eram repassadas aos agentes políticos de maneira periódica e ordinária, e também de forma episódica e extraordinária, sobretudo em épocas de eleições ou de escolha das lideranças. Esses políticos, por sua vez, plenamente conscientes das práticas indevidas que ocorriam na PETROBRAS, tanto patrocinavam a manutenção do diretor e dos demais agentes públicos no cargo, como não interferiam no cartel existente e em todas as irregularidades subjacentes.

Em regra, o repasse dos valores dava-se em duas etapas. Primeiro, o dinheiro era repassado das construtoras para o um “operador” ou intermediário do repasse de vantagens indevidas. Para tanto, havia basicamente três formas: a) entrega de valores em espécie; b) depósito e movimentação no exterior; c) contratos simulados de consultoria ou outro tipo de prestação de serviços fictícios com empresas de fachada.

Uma vez disponibilizado o dinheiro ao operador, iniciava-se a segunda etapa, na qual os valores saíam do intermediário e eram enviados aos destinatários finais (funcionários públicos e políticos), descontada a comissão do agente financeiro. Havia pelo menos quatro formas de os operadores repassarem as quantias aos beneficiários das vantagens indevidas:

- a) *A primeira forma* – uma das mais comuns entre os políticos – consistia na entrega de valores em espécie, que era feita por meio de empregados ou prepostos dos operadores, os quais faziam viagens principalmente em voos comerciais, com valores ocultos no corpo, ou em voos fretados;
- b) *A segunda forma* era a realização de transferências eletrônicas para empresas ou pessoas indicadas pelos destinatários ou, ainda, o pagamento de bens ou despesas dos beneficiários;
- c) *A terceira forma* ocorria por meio de transferências e depósitos em contas no exterior, em nome de empresas *offshores* de responsabilidade dos agentes públicos ou de seus familiares;
- d) *A quarta forma, adotada sobretudo em épocas de campanhas eleitorais, era a realização de doações “oficiais”, devidamente*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

declaradas, pelas construtoras ou empresas coligadas, diretamente para os políticos ou para o diretório nacional ou estadual do partido respectivo, as quais, em verdade, consistiam em propinas pagas e disfarçadas do seu real propósito.

Especificamente quanto ao pagamento de vantagens indevidas por meio de “doações eleitorais oficiais”, modalidade de repasse de propina diretamente relacionada ao presente caso, dois dos principais envolvidos no esquema de corrupção e lavagem de dinheiro relacionado à PETROBRAS foram bastante claros. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da estatal, em seu Termo de Colaboração n. 01, afirmou: “*QUE o depoente menciona que é uma grande falácia afirmar que existe ‘doação de campanha’ no Brasil, quando na verdade são verdadeiros empréstimos a serem cobrados posteriormente a juros altos dos beneficiários das contribuições quando no exercício dos cargos*” (fls. 505/509 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Alberto Youssef, por sua vez, conhecido operador do esquema ilícito, em seu Termo de Colaboração n. 14, afirmou: “*QUE o declarante ressalta que nas épocas de campanha eleitoral, nos anos de 2006 e 2010, também era utilizado pelas empreiteiras cartelizadas o subterfúgio de efetuar doações para fazer frente aos repasses de propinas; QUE tais doações eram efetuadas tanto ao Partido Progressista (nacional ou estaduais) quanto diretamente aos próprios parlamentares; QUE tais doações eram deduzidas pelo declarante do percentual a receber das empreiteiras em decorrência dos contratos firmados com a PETROBRAS*” (fls. 510/515 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

As investigações da denominada “Operação Lava Jato” descortinaram a atuação de organização criminoso complexa. Destacam-se, nessa estrutura, basicamente quatro núcleos:

a) O núcleo político, formado principalmente por parlamentares que, utilizando-se de suas agremiações partidárias, indicavam e mantinham funcionários de alto escalão da PETROBRAS, em especial os diretores, recebendo vantagens indevidas pagas pelas empresas cartelizadas contratadas pela sociedade de economia mista, após a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

adoção de estratégias de ocultação e dissimulação da origem dos valores pelos operadores financeiros do esquema;

b) O *núcleo econômico*, formado pelas empreiteiras cartelizadas contratadas pela PETROBRAS, que se beneficiavam dos contratos e, em contrapartida, pagavam vantagens indevidas a funcionários de alto escalão da sociedade de economia mista e aos componentes do núcleo político, por meio da atuação dos operadores financeiros, para manutenção do esquema;

c) O *núcleo administrativo*, formado pelos funcionários de alto escalão da PETROBRAS, especialmente os diretores, os quais eram indicados e mantidos pelos integrantes do núcleo político e recebiam vantagens indevidas das empresas cartelizadas, componentes do núcleo econômico, para viabilizar o funcionamento do esquema;

d) O *núcleo financeiro*, formado pelos operadores tanto do recebimento das vantagens indevidas das empresas cartelizadas integrantes do núcleo econômico, como do repasse dessa propina aos componentes dos núcleos político e administrativo, mediante estratégias de ocultação e dissimulação da origem desses valores.

No curso das investigações da “Operação Lava Jato”, foram celebrados diversos acordos de colaboração premiada com agentes do esquema delituoso, tendo sido realizadas inúmeras diligências, nos mais variados procedimentos. O avanço das apurações acabou revelando o funcionamento de esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, semelhantes ao da PETROBRAS, implantados em outros órgãos e entidades da administração pública federal. Isso levou à instauração de ações penais na Justiça Federal do Distrito Federal, quanto a fatos referentes à Caixa Econômica Federal, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, em relação a eventos envolvendo a Eletrobras Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, e na Justiça Federal de São Paulo, no que diz respeito a acontecimentos pertinentes ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em uma das fases iniciais da “Operação Lava Jato”, por ocasião do cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela 13ª Vara Federal de Curitiba, foram arrecadados telefones móveis (celulares) em poder do então presidente do grupo empresarial OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”. A análise do conteúdo desses aparelhos revelou a existência de interação direta do empreiteiro com diversos parlamentares, sem



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

intermediação de agentes públicos politicamente indicados para cargos em órgãos e entidades da administração pública ou de operadores financeiros. A situação objeto do presente feito teve origem especificamente nas mensagens por ele trocadas com os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves. Mas, antes de tratar do caso concreto propriamente dito, cumpre destacar a sociedade ilícita que se estabeleceu entre os dois ex-parlamentares em questão.

4. A parceria criminosa entre os ex-Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves

Elementos colhidos em outros casos relacionados à “Operação Lava Jato” demonstram que entre Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves existia uma verdadeira sociedade ilícita ou parceria criminosa. No Inquérito n. 4266/DF do Supremo Tribunal Federal, ambos foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República em razão do recebimento de vantagens indevidas referentes a financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal à empresa Carioca Christiani-Nielsen Enganharia S/A para execução de obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro/RJ. Eduardo Cosentino da Cunha solicitou que o representante da empresa efetuasse pagamentos de propina no exterior, indicando, entre outras, exatamente uma conta bancária mantida por Henrique Eduardo Lyra Alves na Suíça, tendo nela sido depositada uma parte dos valores ilícitos. Esse caso também foi objeto de declínio de competência, passando a tramitar como Processo n. 0001183-30.2017.4.01.3400 na 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal, a qual autorizou o compartilhamento dos respectivos elementos de prova com este feito (fls. 29/34 do anexo I do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

O exame dos dados da conta bancária estrangeira de Henrique Eduardo Lyra Alves evidencia muitas semelhanças com uma das contas bancárias mantidas na Suíça por Eduardo Cosentino da Cunha, nas quais esse último recebeu propina referente a um contrato de compra de poços de petróleo pela PETROBRAS em Benin, no continente africano, fato pelo qual o parlamentar também restou denunciado pela Procuradoria-Geral da República no Inquérito n. 4146/DF do Supremo Tribunal Federal. O caso foi igualmente objeto de declínio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

de competência, passando a tramitar publicamente como Processo n. 5051606-23.2016.4.04.7000 na 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, que inclusive foi quem primeiramente decretou a prisão preventiva do ex-parlamentar (cópia constante das fls. 02/28 do anexo I do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Há notável similaridade entre as letras constantes dos formulários de abertura das contas estrangeiras de Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, além de coincidência de endereço de empresas controladoras. Ademais, Henrique Eduardo Lyra Alves indicou exatamente Eduardo Cosentino da Cunha como referência para abertura da sua conta oculta na Suíça. Além disso, os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam **2.491 (dois mil, quatrocentos e noventa e um)** contatos entre Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves no período dos fatos ora investigados, o que demonstra a existência de interação constante entre ambos (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR).

Não por acaso, portanto, os dois ex-Deputados Federais aparecem agindo em conjunto no presente caso, unindo esforços para obter propina perante empreiteiras, geralmente por meio de doações eleitorais oficiais ou não oficiais, em troca do favorecimento das empresas mediante suas respectivas atuações políticas e parlamentares. A parceria criminosa entre Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, nesta situação, fica bem evidente.

5. O caso concreto

Os dados constantes dos autos revelam que, pelo menos desde o ano 2012, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves mantinham estreita relação com “Léo Pinheiro”, na época presidente do grupo empresarial OAS, prestando-lhe favores de ordem político-parlamentar em troca de vantagens indevidas pagas principalmente por meio de doações eleitorais oficiais. Realmente, nos dias 31/07/2012 e 01/08/2012, Eduardo Cosentino da Cunha mandou as seguintes mensagens para José Adelmário Pinheiro Filho: “*Confirmado Brasília hoje ou amanhã com Henrique*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

junto?”; “O problema e que queria que Henrique falasse e ele ta aqui”. José Adelmário Pinheiro responde: “Semana que vem. Tenho um tema que gostaria de conversar com vcs(TRF-Recife)”. Eduardo Cosentino da Cunha acrescenta: “Eu preciso falar com vc sobre recife sobre fat e sobre a eleição lá de natal e rio”; “Ok ja chegando aqui na tam, henrique chega em 15 min e te esperamos aqui” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 15, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Os textos indicam que o tratamento de assuntos aparentemente institucionais entre os parlamentares e o empresário (Tribunal Regional Federal da 5a Região, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) envolvia ajuda nas eleições municipais de 2012 das bases eleitorais dos parlamentares (Natal/RN e Rio de Janeiro/RJ). De fato, entre 14/08/2012 e 16/08/2012, Eduardo Cosentino da Cunha mandou a seguinte mensagem para José Adelmário Pinheiro Filho: “*Vc resolveu só metade henrique ontem, esqueceu de mim? Rsrs*”. José Adelmário Pinheiro Filho, por sua vez, respondeu: “*Me dê um tempinho. O nosso pessoal fez uma programação que não tinha visto*”. Eduardo Cosentino da Cunha posteriormente afirmou: “*Duas chegou hoje seu 1 pau na nacional e para usar isso para a gente ou vc tem outra destinacao que nao avisaram?*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 15, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em 11/09/2012, Eduardo Cosentino da Cunha enviou as seguintes mensagens para José Adelmário Pinheiro Filho: “*Na programacao sua Henrique e minha estaria ontem completando 500 que não foi feito, mudou algo?*”; “*Nao entrou e era programado para ontem*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 17, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Na mesma data, o executivo da OAS Mateus Coutinho confirma a “Léo Pinheiro” que já foram feitas duas doações eleitorais destinadas a Henrique Eduardo Lyra Alves: “*Dr.Leo, Estava em vôo ,cheguei agora.Henrique já foi as duas de 500 e já confirmei com o diretório nacional do PMDB.*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 58, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Posteriormente, em 16/10/2012, Eduardo Henrique Lyra Alves cobra outra doação eleitoral a Mateus Coutinho: “*Fizemos 500 para o PMDB Nacional após 1ºturno? Henrique Alves/Natal*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

n. 001/2015, página 58, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Um exame das doações eleitorais da OAS para o Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro nas eleições de 2012, conforme extrato de prestação de contas obtido perante o Tribunal Superior Eleitoral (anexado à cota ministerial apresentada no Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN), evidencia que, exatamente em 13/08/2012, um dia antes de mensagem enviada por Eduardo Cosentino da Cunha a José Adelmário Pinheiro Filho mencionando um repasse de valores destinados a Henrique Eduardo Lyra Alves no dia anterior, a empreiteira doou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) à agremiação partidária. Entre tal data e 11/09/2012, quando Mateus Coutinho confirmou duas doações eleitorais no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) destinadas a Henrique Eduardo Alves, a OAS fez outros quatro repasses nesse exato montante. Por outro lado, exatamente em 12/09/2012, um dia depois de mensagem enviada por Eduardo Cosentino da Cunha para José Adelmário Pinheiro Filho cobrando a complementação de um repasse de valores no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a empreiteira doou R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) à agremiação partidária, complementando uma outra doação de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) feita em 22/08/2012. Por fim, em 17/10/2012, um dia depois da mensagem de Eduardo Henrique Lyra Alves cobrando doação de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) após o segundo turno das eleições, a OAS efetuou repasse nesse mesmo valor:

Doações eleitorais da OAS ao Diretório Nacional do PMDB em 2012 (doações relacionadas ao caso em negrito)

Doador	Beneficiário	Valor	Data
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 1.000.000,00	18/07/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	13/08/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 1.000.000,00	16/08/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 250.000,00	22/08/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	27/08/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	30/08/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	03/09/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 250.000,00	12/09/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 1.000.000,00	17/09/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	17/09/2012



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	19/09/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	17/10/2012
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 300.000,00	22/10/2012

Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam a efetiva transferência dos valores em questão, no montante de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, pela OAS ao Diretório Nacional do PMDB (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira entre OAS e Diretório Nacional do PMDB relacionada ao caso

<u>Origem</u>	<u>Beneficiário</u>	<u>Valor</u>	<u>Data</u>	<u>Tipo de operação</u>	<u>Conta de destino</u>
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	13/08/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 250.000,00	22/08/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	27/08/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	30/08/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	03/09/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 250.000,00	12/09/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 500.000,00	17/10/2012	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Total		R\$ 3.000.000,00			

Além de doações eleitorais oficiais na época de campanha, os elementos do caso apontam no sentido de que a OAS também pagava vantagens indevidas de interesse de Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves fora do período eleitoral, mediante repasses ordinários ao PMDB. Isso é o que indicam algumas mensagens. Com efeito, em 28/06/2012, Eduardo Cosentino da Cunha, provavelmente se referindo a um repasse de valores para o PMDB fora da época de campanha, enviou as seguintes mensagens para José



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Adelmário Pinheiro Filho: “*Mas ai tem aquele problema se depois do dia 30 pode ser eleicao e nao partido porque objetivo de prestação de contas e diferente as convencoes acabam dia 30*”; “*Tenta programar ate. Sexta*”; “*Vc me fala quando? So pra eu informar porque vai pra RN e tenho de avisar para eunicio assinar*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 13, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelaram que, em 29/06/2012, um dia depois da mensagem de Eduardo Cosentino da Cunha acima transcrita, solicitando a José Adelmário Pinheiro Filho valores destinados ao Rio Grande do Norte, a OAS efetuou um repasse ao Diretório Nacional do PMDB, no montante de **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, fora do período eleitoral, mediante operação não sujeita a prestação de contas eleitorais, conforme havia sido sugerido pelo ex-parlamentar (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira entre OAS e Diretório Nacional do PMDB relacionada ao caso

Origem	Beneficiário	Valor	Data	Tipo de operação	Conta de destino
Construtora OAS Ltda.	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 700.000,00	29/06/2012	TED	Conta 4121147, agência 3604, Banco do Brasil.

Em 02/10/2012, Eduardo Cosentino da Cunha, José Adelmário Pinheiro Filho e um funcionário da OAS de nome Reginaldo trocaram mensagens sobre o adiantamento, na época de campanha, de um desses repasses rotineiros: Léo Pinheiro: “*Reginaldo não sabia do que se trata. Ficou de te ligar*”; Eduardo Cunha: “*É o rotineiro*”; Reginaldo: “*Entendi agora. Vou tentar antecipar*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 19, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No entanto, não se chegou a identificar o repasse de valores referente a essa conversa.

No ano de 2013, José Adelmário Pinheiro Filho acompanhou de perto as funções políticas e parlamentares assumidas por Eduardo Cosentino da Cunha, que foi escolhido líder do PMDB na Câmara dos Deputados, e por Henrique



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Eduardo Lyra Alves, eleito presidente da casa legislativa em questão. Um executivo da OAS, de nome Roberto Zardi, encaminhou-lhe as seguintes mensagens em 03/02/2013 e 04/02/2013: “*EC ganhou, lider*”; “*Henrique eleito*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 25/26, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Logo em seguida, observam-se mensagens que revelam que Eduardo Cosentino da Cunha atuou em favor dos interesses da OAS quanto à concessão de aeroportos, especialmente mediante contatos com o então Ministro de Estado da Aviação Civil Wellington Moreira Franco para eliminar restrições impostas pelo Conselho Nacional de Desestatizações – CND às privatizações dos aeroportos do Galeão e de Confins, as quais estavam inviabilizando a participação do grupo empresarial nas respectivas licitações. A atuação de Eduardo Cosentino da Cunha e outros políticos do PMDB em favor da OAS foi motivo de cobrança de doações eleitorais oficiais em favor de tais parlamentares, inclusive em prol de Eduardo Henrique Lyra Alves, no ano de 2014.

Entre fevereiro e julho de 2013, José Adelmário Pinheiro Filho enviou ou recebeu as seguintes mensagens sobre o tema, sendo a sigla “MF” uma forma de referência ao Ministro de Estado da Aviação Civil Moreira Franco: “*EC veio ontem para SP tratar do tema Moreira.Me ligou hoje cedo. Abs.*”; “*Bom para os Alemães e Mineiros. EC quer montar um encontro comigo e MF,pois existem algumas arestas ‘vermelhas’. Bjs.*”; “*Sem problema Ja estou no circuito tIve com EC tratando tema e janto agora com MF Falamos abs*”; “*Se der dou um pulo no Rio. E o MF jogando contra!!!! Vou lhe passar um torpedo.*”; “*Nosso amigo está muito convicto que está certo.Entretanto a Sociedade Brasileira não aceita essas coisas.O direcionamento está ficando uma coisa vergonhosa.Iso não se sustenta em uma Sociedade moderna(?) e que mostrou o que quer. As sugestões já foram entregues,tanto pessoalmente,como através das Consultas Publicas. Inclusive nelas tiveram mais de 800 questionamentos. Já vi muitas coisas acontecerem,iguais a essas nunca. Êle(MF)está segurando essa ‘alça’ sozinho,pois a maioria do Governo e da Agencia,já desembarcaram dessa tese. Será que o recado das ruas não valeu????? Vamos para Justiça se isso continuar. Abs.*”; “*Edital no TCU. So 15% dos 100%*”; “*Relatora sera Ana Arraes, segundo nosso amigo aqui*” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 27/38, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No mesmo período, Eduardo Cosentino da Cunha encaminhou as seguintes mensagens: “Ok. Seria bom uma conversa minha com MF?”; “Estpu com você e vamos ajudar”; “Quinze de cem?” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 27/38, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em 2014, o então parlamentar reclamou que ele e o grupo de políticos do PMDB que teria atuado no caso em favor da OAS, inclusive Eduardo Henrique Lyra Alves, estaria sendo preterido pela empresa quanto à destinação de doações eleitorais oficiais: “E vc ter feito 5 paus para MICHEL direto de uma vez antes, todos souberam e da barulho sem resolver os amigos”; “Até porque Moreira tem mais rapidez depois de prejudicar vcs do que os amigos que brigaram com ele por vc, entende a lógica da turma? Ai inclui henrique, geddel, etc” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 52, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Tais elementos confirmam a atuação de Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves na espécie. Eles, no mínimo, omitiram-se de seu dever funcional, como parlamentares federais, de fiscalizar a regular aplicação de recursos públicos federais relacionados à privatização de aeroportos, para, em vez disso, favorecer interesses particulares de empreiteira, em troca de vantagens financeiras repassadas por meio de doações eleitorais.

Como mencionado em algumas das mensagens transcritas, a matéria foi submetida a decisão do Tribunal de Contas da União. O órgão de controle externo, por meio do Acórdão TCU n. 2246/2013, determinou que o Conselho Nacional de Desestatização apresentasse fundamentos técnicos para as restrições impostas no caso, relativas à exigência de um operador de aeroportos estrangeiro e à proibição de que os licitantes tivessem participação de mais de quinze por cento em outros aeroportos privatizados (fls. 49/114 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Eduardo Cosentino da Cunha também atuou em favor dos interesses da OAS relacionados à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, na gestão do prefeito Fernando Haddad. Entre junho e outubro de 2013, José Adelmário Pinheiro Filho enviou ou recebeu as seguintes mensagens referentes ao assunto, sendo a sigla “EC” uma forma de referência ao então Deputado Federal Eduardo Cunha: “Donato falou que o Sec. De Assuntos Juridicos tinha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ligado no Jurídico da Casa Cível (o Manssoneto foi o Jurídico de Haddad no Ministério). O Problema que disseram que o Problema era EC. CHL falou que o Relator é LVL que é do mesmo partido... Beijos”; “Vamos votar a rolagem?”; “Ainda hoje te mando o texto que combinamos. A minuta do Fernando vc me manda.”; “Haddad”; “Vai outra MP?”; “Agora tem de por Haddad para falar mantega”; “Está por onde? Haddad como está?”; “Segunda quem está indo para NY sou eu. Que digo a Haddad?”; “Situacao da rolagem da divida de SP autorizada por GM. EC informou a Haddad. Seria bom CH capitalizar” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 33/43, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em 23/10/2013, “Léo Pinheiro” mandou mensagem para Eduardo Cosentino da Cunha solicitando confirmação sobre a aprovação da rolagem da dívida pública de São Paulo, a qual fora noticiada na imprensa, ao que o então Deputado Federal respondeu: “Sim”; “Aprovamos” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 44/45, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em 24/10/2013, o empresário finalizou a conversa afirmando ao parlamentar: “Graças a você. Te devo mais esta! Abs.” (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 45, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

A rolagem da dívida pública em questão foi tratada pelo projeto de Lei Complementar n. 238/2013, no qual Eduardo Cosentino da Cunha apresentou subemenda substitutiva global à emenda de plenário n. 09, como relator. Isso é comprovado pela tramitação da proposta na Câmara dos Deputados (fls. 44/47 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em diligência de busca e apreensão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cautelar n. 4044/DF arrecadou-se em poder de Eduardo Cosentino da Cunha um computador pessoal em que se verificou e-mail tratando do tema: “*Foi identificado na análise deste aparelho um email em que o deputado EDUARDO CUNHA envia a claudia.510mederiso@gmail.com com a mensagem "depois de conversar com Hadda fiz essas alteracoes, passe a ele,abs" e o arquivo "plp 238 a vero.docx" anexado que contém exatamente o projeto de lei Complementar 238/2013*” (Relatório de Análise de Material Apreendido n. 44/2016 – Equipe DF-07, juntado diretamente aos autos eletrônicos). Houve autorização do Supremo Tribunal Federal para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

compartilhamento dos dados da cautelar em referência, os quais foram remetidos em sua integralidade pela Procuradoria-Geral da República (Anexo II do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

O grau de interação entre Eduardo Cosentino da Cunha e José Adelmário Pinheiro Filho, na época dos fatos, era significativo. Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam nada mais nada menos do que **9.471 (nove mil, quatrocentos e setenta e um)** contatos entre ambos no período investigado (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR).

Por sua vez, o então Deputado Federal Henrique Eduardo Alves mantinha um razoável grau de interação com José Adelmário Pinheiro Filho. Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam **206 (duzentos e seis)** contatos entre ambos no período investigado (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR).

Eduardo Henrique Lyra Alves atuou diretamente para satisfazer interesses da OAS pertinentes à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. Em meados de 2013, a continuidade da liberação de parcelas do financiamento da obra, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, estava ameaçada em razão de entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido de que, para que isso ocorresse, era necessário que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte recebesse o projeto executivo do empreendimento, analisasse tal projeto e não apontasse irregularidades, como sobrepreço ou superfaturamento, conforme Acórdão TCU n. 3270/2011 (fls. 234/253 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte analisava o caso no Processo n. 477/2013-TC, havendo entendido que os elementos apresentados pela OAS não continham todos os dados de um projeto executivo completo, inviabilizando o exame de sobrepreço ou superfaturamento (fls. 290/362 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Formou-se então um impasse que poderia levar à suspensão dos repasses de parcelas do crédito e à consequente paralisação das obras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Diante disso, José Adelmário Pinheiro Filho acionou o então Deputado Federal Henrique Eduardo Lyra Alves. Em 22/06/2013, o parlamentar mandou a seguinte mensagem para José Adelmário Pinheiro Filho, comprometendo-se a falar sobre o assunto com o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, seu parente inclusive: *“Tenho sim. E resolvo. Sou como vc...! Charles poderia me procurar seg cedo em casa? Ja marcaria com o pres TC, irmão do Garibaldi. Discutiríamos problema. Se ele puder, 8 e 30! Ok?”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 58, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em 14/07/2013, Henrique Eduardo Lyra Alves mostrou preocupação com a possibilidade de suspensão das obras da Arena das Dunas, enviando a seguinte mensagem para “Léo Pinheiro”: *“Amigo, nota do Boechat q ARENA aqui vai atrasar de dezembro para fevereiro! Procede? Abs”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 58, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Em seguida, um funcionário da OAS identificado como Elmar Varjão mandou esta mensagem para José Adelmário Pinheiro Filho: *“Acho que deve ser por conta da conversa que tivemos com o Secretário, e conselheiro do TCE sobre a possibilidade de paralisação das obras ,devido a retenção de nossos pagamentos pelo BNDES”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 59, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No mesmo dia, Henrique Eduardo Lyra Alves afirmou que iria agir perante o Tribunal de Contas da União para resolver o problema: *“Seg, em BSB, vou pra cima do TCU. Darei notícias!”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 59, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Por meio do Acórdão TCU n. 1982/2013, o Tribunal de Contas da União comunicou ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte que, apenas em situações em que fosse constatada irregularidade de gravidade suficiente, o fato fosse comunicado ao BNDES para suspensão da liberação de parcelas do financiamento da Arena das Dunas (fls. 254/275 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em face da insuficiência do projeto executivo apresentado pela OAS, continuou impedido de emitir juízo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

sobre o assunto. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, então, adotou o entendimento de que, como o órgão de controle externo estadual não apontou qualquer irregularidade, as parcelas do financiamento poderiam continuar a ser liberadas, conforme Nota AS/DEURB n. 83/2013 (fls. 286/289 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O repasse dos recursos do financiamento de fato continuou ocorrendo, e a obra foi concluída. O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão TCU n. 530/2014, não identificou impropriedades no caso (fls. 278/285 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No entanto, no ano de 2016, finalmente a área técnica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte analisou os elementos apresentados pela OAS a título de projeto executivo da Arena das Dunas e constatou sobrepreço e superfaturamento de **R\$ 77.532.187,35 (setenta e sete milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)**, nos termos da Informação n. 005/2016-CAF COPA (fls. 363/365 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam contatos frequentes, num total de **65 (sessenta e cinco)** ligações, no período dos fatos investigados, entre Henrique Eduardo Lyra Alves e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte Paulo Roberto Chaves Alves, na época presidente da Corte de Contas estadual (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR). O conselheiro relator do caso no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Carlos Thompson Costa Fernandes, confirmou que teve uma conversa sobre a situação com Paulo Roberto Chaves Alves: “*QUE, em 2013, o então Conselheiro-Presidente do TCE/RN PAULO ROBERTO CHAVES ALVES conversou pessoalmente com o depoente solicitando informações sobre o processo relacionado à ARENA DAS DUNAS; QUE a conversa ocorreu diretamente no próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; QUE na ocasião PAULO ROBERTO CHAVES ALVES disse que HENRIQUE ALVES o tinha procurado em busca de informações sobre esse processo*” (fls. 240/248 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Tais elementos confirmam a atuação de Henrique Eduardo Lyra Alves na espécie. Ele, no mínimo, omitiu-se de seu dever funcional, como parlamentar federal, de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

fiscalizar a regular aplicação de recursos do BNDES, para, em vez disso, favorecer interesses particulares de empreiteira.

Em razão do auxílio para atendimento dos interesses da OAS no caso, Henrique Eduardo Lyra Alves recebeu considerável montante de doações eleitorais oficiais na sua campanha a Governador do Estado do Rio Grande do Norte em 2014. Inclusive, Eduardo Cosentino da Cunha atuou na solicitação e cobrança dos valores, viabilizando até mesmo que parte deles fosse repassada por meio da Construtora Norberto Odebrecht. As seguintes mensagens enviadas por Eduardo Cosentino da Cunha para José Adelmário Pinheiro Filho em outubro de 2014 tratam do tema: *“Ve Henrique seg turno”*; *“Henrique amigo?”*; *“Amigo qual a saída para Henrique?”*; *“Mas amigo tem de encontrar uma solução senão todo esforço será em vao”*; *“Não dá para pedir aos alemaes?”*; *“Deixa falar tive com junior pedi a ele ppara doar por vc ao henrique acho que ele fará algo”*; *“Preciso que de um reforço ao junior ao menos 1 dele da. Sua conta precisava de emergencia”*; *“Ok bom tocando com junior aqui na pressão ele vai resolver e se entende com vc”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, páginas 53/57, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). A referência a “alemães” é uma alusão à origem supostamente germânica do nome da Construtora Norberto Odebrecht, ao passo que a pessoa identificada como “Junior” é Benedicto Barbosa Silva Junior, ex-executivo de tal empreiteira. Em 16/10/2014, o próprio Henrique Eduardo Lyra Alves efetuou cobrança desse tipo diretamente a “Léo Pinheiro”, como evidencia esta mensagem enviada pelo parlamentar ao empresário: *“Amigo, como Cunha falou, na expectativa aqui. Abs e obrigado!!”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 54, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Já José Adelmário Pinheiro Filho cuidou do assunto em mensagens trocadas com pessoas ligadas à OAS, nas seguintes mensagens: *“Caixão e vela. EC me disse ontem que a coisa estava preta. O HA estava ontem em Bsb dizendo que ia Mineirar. Puto com Lulinha pelo apoio ao Robson”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 13/2015, página 54, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN); *“Esclarece por favor que estão me pedindo aqui no partido dia 30 você mandou no nacional dois depósitos um e Brasilia, outro de 1 milhão não está destinado e para quem?”*; *“Deve ser HA (1) o outro não sei?”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

60, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

O exame das doações eleitorais da OAS para, direta ou indiretamente, a campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, conforme extrato de prestação de contas obtido perante o Tribunal Superior Eleitoral (fls. 217/233 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN), evidencia que realmente houve repasse de vantagens indevidas ao então parlamentar, desse modo, por parte da empreiteira. No caso, a empresa doou, direta ou indiretamente ao Diretório Estadual do PMDB no Rio Grande do Norte, que repassou os valores ao candidato, no valor total de **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**:

Doações da OAS repassadas a Henrique Alves pelo Diretório Estadual do PMDB/RN em 2014

Doador	Destinatário inicial	Beneficiário final	Valor	Data
Construtora OAS Ltda.	Diretório Estadual do PMDB/RN	Henrique Alves	R\$ 100.000,00	23/07/2014
Construtora OAS Ltda.	Diretório Estadual do PMDB/RN	Henrique Alves	R\$ 50.000,00	25/07/2014
OAS S/A	Diretório Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 500.000,00	11/09/2014
Total:			R\$ 650.000,00	

No entanto, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelam que, em 2014, a OAS repassou ao Diretório Estadual do Rio Grande do Norte, do qual Henrique Eduardo Lyra Alves é presidente, quantias bem superiores, no importe de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)** (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira entre OAS e Diretório Estadual do PMDB no RN em 2014

Origem	Beneficiário	Valor	Data	Tipo de operação	Conta de destino
Construtora OAS Ltda.	Diretório Estadual do PMDB no RN	R\$ 1.000.000,00	24/06/2014	TED	Conta 353787, agência 1588, Banco do Brasil.
Construtora OAS Ltda.	Diretório Estadual do PMDB no RN	R\$ 1.000.000,00	29/07/2014	TED	Conta 353787, agência 1588,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Construtora OAS Ltda.	Diretório Estadual do PMDB no RN	R\$ 1.000.000,00	27/08/2014	TED	Banco do Brasil. Conta 353787, agência 1588, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 3.000.000,00			

Em relação à Odebrecht, o executivo Benedicto Barbosa da Silva Junior foi ouvido na condição de colaborador e, embora tenha alegado não se recordar exatamente dos fatos, confirmou que recebeu de Eduardo Cosentino da Cunha pedido de auxílio à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em face de dificuldades da OAS em realizar doações eleitorais (fls. 488/490 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No mesmo dia da última mensagem de Eduardo Cosentino da Cunha a José Adelmário Pinheiro informando que a Odebrecht poderia doar, no lugar da OAS, **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** à campanha de Henrique Alves, em 23 de outubro de 2014, a empreiteira realmente efetuou doações no valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) ao Diretório Nacional do PMDB, que, na mesma data, repassou as quantias ao Diretório Estadual do Rio Grande do Norte, que, de forma fracionada, direcionou o montante a Henrique Alves:

Doações da Odebrecht repassadas a Henrique Alves pelos Diretórios Nacional e Estadual do PMDB em 2014

Doador	Destinatários iniciais	Beneficiário final	Valor	Data
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretórios Nacional e Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 1.500.000,00	09/09/2014
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretórios Nacional e Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 2.000.000,00	23/10/2014
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretórios Nacional e Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 1.000.000,00	24/10/2014
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretórios Nacional e Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 500.000,00	24/10/2014
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretórios Nacional e Estadual do PMDB	Henrique Alves	R\$ 500.000,00	27/10/2014

Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam a efetiva transferência dos valores em questão pela Odebrecht ao Diretório Nacional do PMDB, que transferiu os montantes ao Diretório Estadual do partido no Rio Grande do Norte, o qual por



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

sua vez os repassou à campanha de Henrique Alves (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira entre Odebrecht e o PMDB relacionada ao caso

Origem	Beneficiário	Valor	Data	Tipo de operação	Conta de destino
Construtora Norberto Odebrecht S/A	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 4.000.000,00	23/10/2014	TED	Conta 1520121, agência 3604, Banco do Brasil.
Diretório Nacional do PMDB	Diretório Estadual do PMDB no RN	R\$ 4.000.000,00	23/10/2014	Cheque	Conta 3615154, agência 1588, Banco do Brasil.
Diretório Estadual do PMDB no RN	Henrique Alves Governador RN	R\$ 2.000.000,00	23/10/2014	Cheque	Conta 371297, agência 1588, Banco do Brasil
Diretório Estadual do PMDB no RN	Henrique Alves Governador RN	R\$ 1.000.000,00	24/10/2014	Cheque	Conta 371297, agência 1588, Banco do Brasil
Diretório Estadual do PMDB no RN	Henrique Alves Governador RN	R\$ 500.000,00	24/10/2014	Cheque	Conta 371297, agência 1588, Banco do Brasil
Diretório Estadual do PMDB no RN	Henrique Alves Governador RN	R\$ 500.000,00	27/10/2014	Cheque	Conta 371297, agência 1588, Banco do Brasil

Por outro lado, ainda em relação à Odebrecht, outros executivos que celebraram acordo de colaboração premiada no âmbito da “Operação Lava Jato” revelaram que, entre agosto e outubro de 2014, foram repassados, à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves a Governador do Rio Grande do Norte **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** em recursos não contabilizados ou não informados em prestações de contas eleitorais (“caixa dois”), conforme Petição n. 6679 do Supremo Tribunal Federal (fls. 04/20 do Apenso III do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O pagamento dos valores foi acertado entre o executivo Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis, Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves em uma reunião na Câmara dos Deputados em 06/08/2014, conforme depoimento de fls. 03/05 do Apenso IV do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN. Informação da Câmara dos Deputados comprova que Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis efetivamente esteve na presidência do órgão legislativo, na época ocupada por Eduardo Cosentino da Cunha, na data em que ocorreu a negociação (fls. 16/17 do Apenso IV do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). As quantias foram repassadas em razão do interesse da Odebrecht em investir na privatização da Companhia de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, um dos projetos de Henrique Eduardo Lyra Alves, que seria implementado caso fosse eleito. Os detalhes da situação foram tratados entre outro executivo da Odebrecht, Alexandre José Lopes Barradas, e Jaime Mariz de Faria Júnior, espécie de auxiliar do candidato em relação ao assunto, o qual ocupava cargo comissionado no Ministério da Previdência Social. Também se obteve registro da entrada de Alexandre José Lopes Barradas no prédio do Ministério da Previdência Social na época dos fatos, exatamente em 07/08/2014 (fls. 21/23 do Apenso III do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN. Na agenda do telefone móvel (celular) de Henrique Eduardo Lyra Alves, apreendido durante as investigações, foi identificado o contato de Jaime Mariz de Faria Júnior (Relatório de Análise de Mídia Apreendida – Equipe 01A – Item 01, juntado diretamente aos autos eletrônicos). Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam **02 (dois)** contatos mantidos em 23/09/2014, época da campanha e dos fatos sob exame, entre Henrique Eduardo Lyra Alves e o número (84) 9981-5046, pertencente a Jaime Mariz de Faria Júnior (Caso Sittel n. 2330, relatório juntado diretamente aos autos eletrônicos). Por outro lado, constam do sistema de gerenciamento do Departamento de Operações Estruturadas (propina) da Odebrecht registros do pagamento das quantias em questão, associados ao codinome “Fanho”, em alusão ao característico timbre de voz de Henrique Eduardo Lyra Alves (arquivos constantes da mídia de fls. 12 do Apenso III do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN. De acordo com as planilhas do sistema em questão, ocorreu um pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 21/08/2014 e outro pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 16/10/2014, valores repassados em espécie, em São Paulo/SP. De resto, em data próxima à da reunião inicial e na própria data da efetivação do primeiro pagamento, especificamente nos dias 02/08/2014 e 21/08/2014, na medida cautelar de afastamento de sigilo objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400, foram identificados contatos telefônicos entre Eduardo Cosentino da Cunha e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis, destacando-se que, na última data, de acordo com as antenas de conexão telefônica (Estações Rádio-Base – ERBs), Eduardo Cosentino da Cunha estava em São Paulo/SP, exatamente o local do pagamento (relatório do Caso Sittel n. 2330, constante das fls. 07/14 do Apenso IV do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Outra empreiteira, a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

também efetuou doações eleitorais em favor de Henrique Eduardo Lyra Alves nas eleições de 2014, tendo a empresa realizado repasses no valor total de **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)** ao candidato ao Governo do Rio Grande do Norte. Dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4) e prestações de contas eleitorais evidenciam o fato:

Doações eleitorais da Carioca Engenharia a Henrique Alves em 2014

Origem	Beneficiário	Valor	Data	Tipo de operação	Conta de destino
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A	Henrique Alves Governador RN	R\$ 300.000,00	23/09/2014	TED	Conta 353787, agência 1588, Banco do Brasil
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A	Henrique Alves Governador RN	R\$ 100.000,00	22/10/2014	TED	Conta 353787, agência 1588, Banco do Brasil
Total:		R\$ 400.000,00			

Os valores em questão foram repassados a pedido de Eduardo Cosentino da Cunha. A Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A tinha uma relação antiga de pagamento de propina perante o ex-parlamentar, especialmente quanto a negócios envolvendo financiamentos da Caixa Econômica Federal, como a obra do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro/RJ. Valores ilícitos referentes ao caso foram inclusive destinados em parte a Henrique Eduardo Lyra Alves em conta mantida no exterior. Por isso, os dois ex-Deputados Federais estão sendo acusados na ação penal objeto do Processo n. 0001183-30.2017.4.01.3400, em curso na 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal (anexo I do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92). Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam contatos mantidos em 2012 entre Eduardo Cosentino da Cunha e terminal cadastrado em nome da empreiteira (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR).

O representante da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, Ricardo Pernambuco Junior, foi ouvido no caso na condição de colaborador (fls. 491/503 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Ele confirmou que as doações foram solicitadas por Eduardo Cosentino da Cunha em reuniões



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

realizadas em 2014, tendo sido apresentadas anotações de agenda com registro de marcação desses encontros, além de registros de entrada de Eduardo Cunha na própria sede da empresa, com datas de 10/06/2014, 31/07/2014, 18/08/2014 e 20/10/2014 (fls. 500/503 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O empresário negou ter relação com Henrique Eduardo Lyra Alves ou negócios na esfera estadual do Rio Grande do Norte. Diante disso, verifica-se que os repasses tratados no presente caso não tiveram nenhuma razão lícita, objetivando realmente apenas manter o apoio político-parlamentar de Eduardo Cosentino da Cunha a eventuais e futuros negócios de interesse da empresa perante o Governo Federal. Embora os fatos sejam distintos, inclusive temporalmente separados, o ex-Deputado Federal usou a mesma estratégia de distribuição da propina entre ele e Henrique Eduardo Lyra Alves, já adotada na situação referente à ação penal objeto do Processo n. 0001183-30.2017.4.01.3400 da 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal.

Por fim, recentemente, verificou-se que, em uma das fases da “Operação Lava Jato”, também foram apreendidos aparelhos de telefonia móvel (celulares) de Otávio Marques de Azevedo, na época presidente da empreiteira Andrade Gutierrez. A Polícia Federal realizou a análise do conteúdo desses equipamentos e constatou a existência de diversas mensagens entre o empresário e agentes públicos, inclusive políticos, conforme Relatório de Polícia Judiciária n. 882/2015 (documento anexado diretamente aos autos eletrônicos). O material foi enviado ao Supremo Tribunal Federal, o qual deferiu o compartilhamento dos dados na Petição n. 6618 (decisão anexada diretamente aos autos eletrônicos).

No caso, início de 2014, Otávio Marques de Azevedo e Eduardo Cosentino da Cunha conversaram sobre a Medida Provisória n. 627/2013, que tratava da tributação do lucro de empresas brasileiras no exterior. Havia interesse da Andrade Gutierrez, assim, como de outras empreiteiras, como a Odebrecht, em influenciar na redação da norma, de modo a obter benefícios fiscais. Em mensagem de 01/04/2014, Otávio Marques de Azevedo perguntou o seguinte para Eduardo Cosentino da Cunha, ressaltando-se que a sigla CNO consiste em referência à Construtora Norberto Odebrecht: *“Eduardo, Estas modificações propostas pela CNO estão aceitas pelo Governo e Camara? (1) não aplicação expressa do parágrafo 2º do art. 83 ao regime especial do parágrafo 10º do art. 83; (2) supressão do parágrafo 8º do art. 74. Soube por eles: O ponto (1) acima*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

estaria alinhado entre o relator e a Fazenda, mas gostaria de assegurar que é isso mesmo! Abs” (página 336 do Relatório de Polícia Judiciária n. 882/2015). Na mesma data, Eduardo Cosentino da Cunha, deixando evidente a ilicitude do negócio, respondeu: *“Esse ponto 1 eu acertei mas tem de ser em segredo. O segundo não”* (página 336 do Relatório de Polícia Judiciária n. 882/2015). A Medida Provisória n. 627/2013, da qual Eduardo Cosentino da Cunha era relator na Câmara dos Deputados, acabou sendo convertida na Lei n. 12.973/2014, contendo redação que contemplava os interesses das empreiteiras (textos normativos anexados diretamente aos autos eletrônicos).

Poucos meses depois, no período eleitoral, Eduardo Cosentino da Cunha cobrou a contrapartida pela ajuda à Andrade Gutierrez nesse caso. Em 30/07/2014 ele solicitou doações eleitorais oficiais da empreiteira para ele e para Henrique Eduardo Lyra Alves. Por meio de mensagens enviadas em tal data a Otávio Marques de Azevedo, o então Deputado Federal, referindo-se a contribuições financeiras de campanha, afirmou: *“Pessoal ou Partido. Direto RN. Conta PMDB daqui: agência 1588-1 CC 361515-4 tudo BB! Número conta RN- agência 1588-1 CC 37129-7. Henrique Eduardo Lyra Alves Governador! CNPJ da minha pessoal 20.565.087/0001-51”* (página 337 do Relatório de Polícia Judiciária n. 882/2015). No dia seguinte, em 31/07/2014, Eduardo Cosentino da Cunha cobrou de Otávio Marques de Azevedo as doações destinadas a Henrique Eduardo Lyra Alves: *“Fez Henrique????”* (página 337 do Relatório de Polícia Judiciária n. 882/2015).

Além disso, os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam que, em 14/03/2014, 30/04/2015 e 14/08/2014, exatamente na época tanto da prestação do favor político-parlamentar por Eduardo Cosentino da Cunha a Otávio Marques de Azevedo como da solicitação de vantagens indevidas pelo então Deputado Federal ao empreiteiro, houve contatos entre ambos (relatório do Caso Sittel n. 2330, anexado diretamente aos autos eletrônicos). Outrossim, as prestações de contas eleitorais e os dados bancários do caso (Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400) demonstram que a Andrade Gutierrez efetivamente atendeu ao pedido de propina e efetuou doações, no valor total de **R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais)**, ao Diretório Nacional do PMDB, as quais foram repassadas, em sua integralidade, ao Diretório Estadual do Rio Grande do Norte, presidido por Henrique Eduardo Lyra Alves, que as repassou,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

pelo menos em parte, à sua própria conta de campanha ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme tabela seguinte (fls. 217/233 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN e Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Doações da Andrade Gutierrez repassadas ao Diretório Estadual do PMDB/RN e a Henrique Alves em 2014

Doador	Destinatário	Valor	Data	Conta de destino
Construtora Andrade Gutierrez	Diretório Nacional do PMDB	R\$ 1.000.000,00	01/08/2014	Conta n. 1520148, agência n. 3064, Banco do Brasil.
Diretório Nacional do PMDB	Diretório Estadual do PMDB/RN	R\$ 1.000.000,00	07/08/2014	Conta n. 3615154, agência n. 1588, Banco do Brasil.
Construtora Andrade Gutierrez	Diretório Nacional do PMDB/RN	R\$ 250.000,00	12/09/2014	Conta n. 1520148, agência n. 3064, Banco do Brasil.
Diretório Nacional do PMDB	Diretório Estadual do PMDB/RN	R\$ 250.000,00	15/09/2014	Conta n. 3615154, agência n. 1588, Banco do Brasil.
Diretório Estadual do PMDB/RN	Conta de campanha de Henrique Alves	R\$ 100.000,00	18/09/2014	Conta n. 371297, agência n. 1588, Banco do Brasil.
Total de doações da Andrade Gutierrez		R\$ 1.250.000,00		

A respeito dessa situação, é relevante registrar que a Odebrecht também pagou propina a parlamentares para preservar seus interesses relacionados à Medida Provisória n. 627/2013. Os executivos da empreiteira Marcelo Bahia Odebrecht e Cláudio Melo Filho, prestando depoimento no âmbito de acordo de colaboração premiada, em seus Termos de Colaboração n. 31 e 06, respectivamente, mencionaram o repasse de vantagens indevidas ao Senador Romero Jucá e ao próprio Eduardo Cosentino da Cunha em função da votação do ato normativo em referência, apresentando na mesma ocasião elementos de corroboração de suas afirmativas (documentos juntados diretamente aos autos eletrônicos).

Por outro lado, a prestação de contas eleitoral de Henrique Eduardo Lyra Alves referente à campanha ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 contém indícios de ilicitude não só na obtenção de receitas, por meio do repasse de vantagens indevidas oriundas de empreiteiras a quem ele e Eduardo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Cosentino da Cunha prestaram favores, mas também na realização de despesas (fls. 217/233 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). O sistema eleitoral, no caso, foi utilizado como simples instrumento de lavagem de dinheiro. Valores ilícitos foram recebidos, disfarçadamente, sob a forma de doações eleitorais oficiais. Depois, simularam-se gastos com serviços de campanha para justificar a utilização também ilícita e oculta das quantias em provável compra de votos ou até mesmo em proveito pessoal. Henrique Aeduardo Lyra Alves tinha pleno controle sobre suas prestações de contas eleitorais, tendo sido inclusive apreendidas em sua residência relações de receitas e despesas da campanha de 2014 (Item 08 do Auto de Apreensão n. 186/2017 e Relatório de Análise de Documentos Apreendidos da Equipe 01-A)

Os dados fiscais obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 (Informação de Pesquisa e Investigação da Receita Federal do Brasil – IPEI n. NT20170001), conjugados com extratos de prestações de contas eleitorais, com relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF e com diligências de campo realizadas pela Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, contêm evidências de que a campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 serviu como mecanismo de lavagem de dinheiro proveniente do crime de corrupção passiva. A IPEI n. NT20170001 da Receita Federal do Brasil, os extratos de prestações de contas eleitorais da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 (fls. 217/233 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 – Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN), o Relatório de Inteligência Financeira – RIF n. 24259 (fls. 55/68 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN) e o Relatório de Diligência sem número da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte (fls. 142/149 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN) apontam para a utilização de empresas de aliados políticos, empresas de fachada e empresas de familiares para justificar, em prestação de contas eleitoral, a utilização de recursos de origem e destinação ilícitas pela campanha política em questão.

A IPEI n. NT20170001, em seus itens 4.1, 4.1.1 e 4.1.2, destaca inicialmente a situação da empresa PRATIKA LOCAÇÃO DE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EQUIPAMENTOS EIRELI, que recebeu R\$ 9.031.500,00 (nove milhões, trinta e um mil e quinhentos reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 para supostamente prestar serviços de “atividade de militância e mobilização de rua”. Análise de prestação de contas eleitorais apreendida no escritório de contabilidade da campanha eleitoral evidencia que nem mesmo havia sido formalizado contrato com a pessoa jurídica em questão (Item 06 do Auto de Apreensão n. 187/2017 e Relatório de Análise de Documentos Apreendidos da Equipe 15). Trata-se de empresa individual constituída em nome de Erika Montenegro Nesi, esposa de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, aliado político de Henrique Eduardo Lyra Alves. Na época da campanha, a empresa era constituída sob a forma de sociedade limitada, tendo como sócios Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva e Erika Montenegro Nesi. Tanto a empresa como Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva e Erika Montenegro Nesi apresentaram movimentação financeira muito superior à renda declarada entre os anos de 2012 e 2015, o que indica o recebimento de valores de origem ilícita. O RIF n. 24259 do COAF, ao final, quando trata das “Comunicações de Operações em Espécie”, em seu item 3, destaca diversos saques de elevadas quantias em dinheiro por essa empresa, por meio de Carlos Frederico Queiroz Batista, seu proprietário de fato, exatamente no período da campanha eleitoral de 2014. Isso aponta no sentido de que a empresa recebeu altos valores da campanha a pretexto de prestar serviços genéricos e posteriormente os sacou em espécie, para provável compra de votos ou benefício pessoal. Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam **11 (onze)** contatos entre Henrique Eduardo Lyra Alves e terminal cadastrado em nome da empresa PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., sendo **06 (seis)** deles exatamente no período eleitoral de 2014, nas datas de 20/08/2014, 16/10/2014, 24/10/2014 e 25/10/2014 (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR). Os dados bancários obtidos no mesmo processo confirmam que, logo após receber valores da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves, a empresa efetuou saques de valores significativos em espécie, a indicar desvio dos recursos para finalidade ilícita (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira de Pratika Locação de Equipamentos Ltda. relacionada ao caso

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Compensação de cheque	Crédito	R\$ 124.361,25	26/06/2014	Conta 279935, agência



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

da conta de campanha de Henrique Alves				2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 110.000,00	26/06/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 66.636,50	09/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 40.000,00	09/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 360.000,00	16/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 80.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 31.585,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 30.000,00	18/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 31.000,00	23/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 25.000,00	23/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 150.000,00	06/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 115.000,00	07/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 35.000,00	07/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 50.000,00	08/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque por meio de cheque	Débito	R\$ 60.000,00	08/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 243.000,00	14/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 40.000,00	14/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 280.000,00	21/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 50.000,00	21/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 17.000,00	22/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Saque com cartão	Débito	R\$ 70.000,00	22/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 20.000,00	25/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 300.000,00	03/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 160.000,00	04/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 560.000,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 150.000,00	12/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 170.000,00	16/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 150.000,00	16/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 15.000,00	18/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 50.000,00	19/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 50.000,00	19/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 250.000,00	22/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 250.000,00	22/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 210.000,00	23/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 100.000,00	24/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 50.020,00	16/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 210.000,00	22/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 200.000,00	26/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 200.000,00	30/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 250.000,00	02/10/2014	Conta 279935, agência 2035,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

				Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 400.000,00	06/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 100.000,00	07/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 42.014,00	09/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 40.000,00	09/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 161.102,00	09/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 265.000,00	15/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 500.000,00	22/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 200.000,00	22/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 2.000.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 400.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 700.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 400.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 1.000.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 600.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 200.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 500.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 310.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 110.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 47.000,00	28/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Saque com cartão	Débito	R\$ 47.000,00	28/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 78.000,00	05/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 67.000,00	05/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 287.000,00	27/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 80.000,00	28/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total recebido campanha de Henrique Alves por meio de cheques		R\$ 8.348.718,75		
Total sacado em espécie		R\$ 5.539.000,00		

Os depósitos recebidos pela empresa em questão por meio de cheques da conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014 são inferiores ao total declarado em prestação de contas eleitorais. Isso parece se justificar porque alguns valores foram depositados em espécie na conta da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., sem que tenham saído da conta bancária da campanha em referência. O montante elevado, as próprias datas das operações e a forma fracionada com que algumas delas ocorreram, para fugir ao sistema de controle do COAF (artigos 9º, § 1º, incisos I e III, e 13, inciso I, da Carta-Circular n. 3.461/2009 do Banco Central do Brasil), indicam que se trata de parte da propina repassada em dinheiro, via “caixa dois”, pela empreiteira Odebrecht a Henrique Eduardo Lyra Alves. Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 são ilustrativos a esse respeito (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Depósitos de valores em espécie na conta da Pratika Locação de Equipamentos Ltda.

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Depósito online	Crédito	R\$ 20.000,00	03/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Depósito online	Crédito	R\$ 500.000,00	17/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Depósito online	Crédito	R\$ 50.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Depósito online	Crédito	R\$ 50.000,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Depósito online	Crédito	R\$ 9.900,00	23/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total depositado em espécie		R\$ 629.900,00		

O computador pessoal de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, apreendido durante as investigações, continha um bilhete de passagem aérea entre Natal/SP e São Paulo/SP, ida e volta, no dia 16/10/2004, data do pagamento da segunda parcela de propina da Odebrecht repassada a Henrique Eduardo Lyra Alves no caso, exatamente na capital paulista, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). No mesmo computador, havia diversos arquivos com imagens de comprovantes de depósito em dinheiro realizados na data de 17/10/2014, sendo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para Aldo Fernandes Sousa (identificado em arquivo do mesmo computador como um “articulador de campanha”), R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para Infinity Car Veículos Ltda., R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para Aldo Eden Cassol Stamm, R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para Silvino Ferreira Silva Júnior, R\$ 29.972 para a empresa M. N. Queiroz Serviços de Eventos Ltda., além de dois comprovantes de transferências no valor total de R\$ 200.014,00 (duzentos mil e quatorze reais), na mesma data, de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva para Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara (Relatório de Análise de Mídia Apreendida – Equipe 02 – Item 07, juntado diretamente aos autos eletrônicos). Tais valores, somados ao depósito em dinheiro de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) feito por Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, em 17/10/2014, na conta da sua empresa PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., como apontado na tabela acima, atingem o montante de propina repassado pela Odebrecht no dia anterior. Todo esse contexto evidencia que Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva viajou a São Paulo para, em nome de Henrique Eduardo Lyra Alves, receber o dinheiro ilícito e dar-lhe a destinação pretendida. Essas operações já haviam sido apontadas pelo COAF, no RIF n. 27104, como suspeitas de lavagem de dinheiro, o que acabou por se confirmar.

Além disso, na residência de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva foi apreendido um relatório de contas a pagar da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., com indicação de adimplemento de despesas da campanha de 2014 com combustível, gasto incompatível com o objeto dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

serviços que a empresa teria prestado (Item 06 do Auto de Apreensão n. 185/2017 e Relatório de Análise de Documentos Apreendidos da Equipe 02). A situação confirma o uso da pessoa jurídica para custeio de gastos ilícitos, não declarados em prestação de contas eleitoral.

Uma considerável parcela de recursos recebidos da conta de campanha de Henrique Alves pela PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. foi repassada à empresa individual M N QUEIROZ SERVIÇOS E EVENTOS ME, constituída em nome de Matheus Nesi Queiroz, filho de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva e Erika Montenegro Nesi, o que evidencia o desvio de recursos em benefício particular do grupo familiar em questão. Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 são ilustrativos a esse respeito (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika para a M N Queiroz Serviços e Eventos ME no período eleitoral de 2014

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 360.00,00	16/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 90.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 10.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 20.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 10.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 10.000,00	17/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de	Crédito	R\$ 31.000,00	23/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Henrique Alves				
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 15.000,00	31/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 243.000,00	14/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 25.000,00	15/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 12.000,00	18/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 5.000,00	19/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 40.000,00	20/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 280.000,00	21/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 20.000,00	21/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 87.000,00	29/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 25.000,00	29/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 5.000,00	02/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 300.000,00	03/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos	Débito	R\$ 5.000,00	05/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ME				
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 40.000,00	05/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 8.000,00	10/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 560.000,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 50.000,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 200.000,00	26/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 50.000,00	26/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 400.000,00	06/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 60.000,00	08/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 161.102,00	09/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 60.000,00	10/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 15.000,00	21/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 310.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos	Débito	R\$ 380.000,00	28/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ME				
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 78.000,00	05/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 11.700,00	05/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 50.000,00	14/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 15.000,00	17/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 10.000,00	20/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 12.500,00	21/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 287.000,00	27/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 50.000,00	27/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Transferência para M .N. Queiroz Serviços e Eventos ME	Débito	R\$ 15.000,00	28/11/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total repassado à M. N. Queiroz Serviços e Eventos ME no período eleitoral	Crédito	R\$ 1.119.200,00		

Além disso, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelam que a PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. serviu como instrumento para compra de apoio político para Henrique Eduardo Lyra Alves na campanha ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014. Sob o pretexto de prestar serviços de “militância e mobilização de rua”, a empresa recebeu valores que, posteriormente, serviram na realidade para pagar políticos e pessoas politicamente relacionadas no Rio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Grande do Norte, em troca do apoio ao candidato. A seguir destacam-se várias situações desse tipo.

Alexandre Dantas de Medeiros, conhecido como “**Boboca**”, foi prefeito do Município de Carnaúba dos Dantas/RN entre 2009 e 2012, tendo sido eleito em 2008 pelo PP. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Alexandre Dantas de Medeiros em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Alexandre Dantas de Medeiros	Transferência online	R\$ 1.100,00	06/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Alexandre Dantas de Medeiros	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Alexandre Dantas de Medeiros	Transferência online	R\$ 7.500,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Alexandre Dantas de Medeiros	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Alexandre Dantas de Medeiros	Transferência online	R\$ 2.200,00	08/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 13.000,00		

Ana Karla Cartaxo Moura Rodrigues de Aquino é esposa do ex-prefeito de Nova Cruz/RN, Flávio Azevedo (2009 a 2012), o qual é atualmente vereador do município em questão pelo PMDB. Ela foi assessora parlamentar do gabinete de HENRIQUE ALVES a partir de 2013. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Ana Karla Rodrigues Aquino em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Ana Karla Cartaxo Moura Rodrigues de Aquino	Transferência online	R\$ 18.000,00	20/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Cassio Cavalcante de Castro é o atual prefeito do Município de Ielmo Marinho/RN, tendo sido eleito em 2016 pelo PMDB. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Cassio Cavalcante de Castro em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Cassio Cavalcante de Castro	Transferência online	R\$ 10.000,00	20/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Cesar Martiniano Lopes foi nomeado assessor do presidente da Câmara Municipal de Touros/RN em 2013, o vereador Diego Cavalcante de Medeiros, filiado ao DEM. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Prátika Locação de Equipamentos Ltda. para Cesar Martiniano Lopes em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Cesar Martiniano Lopes	Transferência online	R\$ 25.000,00	20/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Cláudio Henrique Pessoa Porpino foi deputado estadual do Rio Grande do Norte entre 2011 e 2015 pelo PSB. Em 2017 foi indicado para a presidência da Urbana pelo Deputado Estadual Hermano Moraes do PMDB. **Maria Célia Pessoa Porpino** é mãe de Cláudio Porpino. Eles receberam os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Cláudio e Célia Porpino em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Maria Célia Pessoa Porpino	Transferência online	R\$ 5.000,00	24/07/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Cláudio Henrique	Transferência online	R\$ 5.000,00	10/10/2014	Conta 279935, agência



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Pessoa Porpino				2035, Banco do Brasil.
Cláudio Henrique Pessoa Porpino	Transferência online	R\$ 23.000,00	20/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Cláudio Henrique Pessoa Porpino	Transferência online	R\$ 12.000,00	20/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 55.000,00		

Clemenceau Alves, primo de HENRIQUE ALVES, foi prefeito do Município de Angicos/RN entre 2001 e 2004, tendo sido eleito em 2000 pelo PMDB. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 e no início de 2015 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Clemenceau Alves em 2014 e 2015

<u>Beneficiário</u>	<u>Tipo de operação</u>	<u>Valor</u>	<u>Data</u>	<u>Conta</u>
Clemenceau Alves	Transferência online	R\$ 10.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Clemenceau Alves	Transferência online	R\$ 10.000,00	20/02/2015	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 20.000,00		

Edmilson Inácio da Silva, conhecido como “Nilsinho”, foi prefeito do Município de Tibau do Sul/RN entre 2009 e 2012, tendo sido eleito pelo PDT. Ele se candidatou a prefeito da mesma municipalidade em 2012 pelo PMDB, não tendo sido eleito. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Edmilson Inácio da Silva em 2014

<u>Beneficiário</u>	<u>Tipo de operação</u>	<u>Valor</u>	<u>Data</u>	<u>Conta</u>
Edmilson Inácio da Silva	Transferência online	R\$ 5.000,00	13/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Edmilson Inácio da Silva	Transferência online	R\$ 5.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 10.000,00		



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Hélia Lima dos Santos foi candidata a vereadora de Natal em 2008 pelo PMDB e a Deputada Federal em 2014 pelo PEN, não tendo sido eleita em nenhuma das ocasiões. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Hélia Lima dos Santos em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Hélia Lima dos Santos	Transferência online	R\$ 20.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Ivonaldo Trajano de Medeiros foi vereador de Currais Novos/RN pelo PMDB de 2012 a 2015, quando foi cassado pelo TRE/RN por compra de votos. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Ivonaldo Trajano de Medeiros em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Ivonaldo Trajano de Medeiros	Transferência online	R\$ 520,00	26/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Ivonaldo Trajano de Medeiros	Transferência online	R\$ 520,00	02/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Ivonaldo Trajano de Medeiros	Transferência online	R\$ 5.520,00	12/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Ivonaldo Trajano de Medeiros	Transferência online	R\$ 5.520,00	24/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Ivonaldo Trajano de Medeiros	Transferência online	R\$ 10.000,00	22/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 22.080,00		

Jerônimo da Câmara Ferreira de Melo, filho do ex-governador do Rio Grande do Norte (1987 a 1991, pelo PMDB) e ex-senador (1994 a 2002, pelo PMDB) Geraldo Melo, é o atual Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Natal/RN. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Jerônimo Ferreira de Melo em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Jerônimo da Câmara Ferreira de Melo	Transferência online	R\$ 30.000,00	15/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Jerônimo da Câmara Ferreira de Melo	Transferência online	R\$ 10.000,00	27/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 40.000,00		

José Wilton Xavier foi prefeito do Município de São Bento do Trairi/RN entre 2001 e 2008, tendo sido eleito em 2000 pelo PSB. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para José Wilton Xavier em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
José Wilton Xavier	Transferência online	R\$ 1.100,00	06/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
José Wilton Xavier	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
José Wilton Xavier	Transferência online	R\$ 7.500,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
José Wilton Xavier	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 10.800,00		

Nelson Queiroz Filho foi prefeito do Município de Jucurutu/RN entre 2005 e 2008, tendo sido eleito em 2004 pelo PMDB. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. no início de 2015 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Nelson Queiroz Filho em 2015



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Nelson Queiroz Filho	Transferência online	R\$ 23.000,00	13/02/2015	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Nivaldo Varela Bacurau candidatou-se a vereador do Município de Natal/RN em 2016, pelo PMB, não tendo sido eleito. **Nivaldo Varela Bacurau Filho** é seu filho. Eles receberam os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 e no início de 2015 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika para Nivaldo Varela Bacurau e filho em 2014 e 2015

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Nivaldo Varela Bacurau	Transferência online	R\$ 6.000,00	03/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau	Transferência online	R\$ 2.000,00	03/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau Filho	Transferência online	R\$ 3.250,00	24/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau Filho	Transferência online	R\$ 1.500,00	03/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau Filho	Transferência online	R\$ 4.000,00	06/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau	Transferência online	R\$ 5.850,00	13/02/2015	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Nivaldo Varela Bacurau	Transferência online	R\$ 5.000,00	15/07/2015	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 27.500,00		

Flávio Vieira Veras foi prefeito do Município de Macau/RN entre 2005 e 2012, tendo sido eleito em 2004 pelo PP e reeleito em 2008 pelo PMDB. É proprietário da empresa Oestetrigo Distribuição e Representação de Alimentos Ltda. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. no período eleitoral de 2014, por meio da empresa de sua propriedade (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Flávio Vieira Veras em 2014



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Oestetrigo Distribuição e Representação de Alimentos Ltda.	Transferência online	R\$ 15.000,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Raimundo Inácio Filho, conhecido como “**Lobão**”, é vereador do Município de Caicó/RN pelo PMDB. Ele recebeu os seguintes valores da PRÁTIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Raimundo Inácio Filho em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Raimundo Inácio Filho	Transferência online	R\$ 1.600,00	02/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Raimundo Inácio Filho	Transferência online	R\$ 1.600,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Raimundo Inácio Filho	Transferência online	R\$ 13.600,00	24/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Raimundo Inácio Filho	Transferência online	R\$ 13.500,00	17/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 30.300,00		

Robson de Araújo, conhecido como “**Batata**”, é atual prefeito do Município de Caicó/RN, tendo sido eleito em 2016 pelo PSDB. Recebeu os seguintes valores da PRÁTIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. no período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Robson de Araújo em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Robson de Araújo	Transferência online	R\$ 20.000,00	10/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.

Valmir José da Costa foi prefeito do Município de Tibau do Sul/RN entre 2001 e 2008, tendo sido eleito em 2000 pelo PPB e em 2004 pelo PTB.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para Valmir José da Costa em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Valmir José da Costa	Transferência online	R\$ 1.100,00	06/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Valmir José da Costa	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Valmir José da Costa	Transferência online	R\$ 7.500,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Valmir José da Costa	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 10.800,00		

William Moura da Costa foi vereador do Município de São José do Campestre/RN entre 2005 e 2008, tendo sido eleito em 2004 pelo PSB. Em 2009 foi nomeado Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de São José do Campestre/RN. Recebeu os seguintes valores da PRATIKA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. durante o período eleitoral de 2014 (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Transferências da Pratika Locação de Equipamentos Ltda. para William Moura da Costa em 2014

Beneficiário	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
William Moura da Costa	Transferência online	R\$ 600,00	25/08/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
William Moura da Costa	Transferência online	R\$ 7.500,00	11/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
William Moura da Costa	Transferência online	R\$ 1.100,00	25/09/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
William Moura da Costa	Transferência online	R\$ 2.200,00	08/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
William Moura da Costa	Transferência online	R\$ 6.400,00	24/10/2014	Conta 279935, agência 2035, Banco do Brasil.
Total:		R\$ 17.800,00		

A IPEI n. NT20170001, em seus itens 4.2.1 e 4.2.1.1, destaca também



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

a situação da empresa ALEXSANDRO GUILHERME DE SOUZA ME e de seu titular Alessandro Guilherme de Souza. Juntos eles receberam R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014, referentes a supostos “serviços prestados por terceiros”. Trata-se de empresa que somente teria começado a funcionar no ano da eleição, em 2014. Alessandro Guilherme de Souza, entre 2012 e 2015, apresentou movimentação financeira consideravelmente superior à renda declarada, o que indica o recebimento de valores de origem ilícita. Ele já prestou serviços, em 2012, para a ART&C MARKETING POLÍTICO LTDA., empresa pertencente ao sogro e ao cunhado de Henrique Eduardo Lyra Alves. O Relatório de Diligência de campo da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte não localizou a empresa ALEXSANDRO GUILHERME DE SOUZA ME no local que seria de sua sede, o que indica que se trata de empresa de fachada. Tudo isso aponta no sentido de que a empresa individual e seu titular foram usados apenas para justificar gastos, provavelmente ilícitos, em prestação de contas eleitorais. A propósito, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelam que, logo após receber valores da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves, Alessandro Guilherme de Souza efetuou saques de valores significativos em espécie, a indicar desvio dos recursos para finalidade ilícita, valendo ressaltar ainda que não há registro de passagem por sua conta de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) que lhe teriam sido pagos em 21/07/2014, conforme declarado em prestação de contas eleitorais (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira de Alessandro Guilherme de Souza relacionada ao caso

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 120.000,00	22/08/2014	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 50.000,00	22/08/2008	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	22/08/2008	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 90.000,00	23/09/2014	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Saque com cartão	Débito	R\$ 20.000,00	23/09/2014	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.000,00	23/09/2014	Conta 7006152, agência 1642, Banco do Brasil.

A IPEI n. NT20170001, em seus itens 4.2.2 e 4.2.2.1, destaca igualmente a situação da empresa ENRIQUE ROBLEDO ME e de seu titular Enrique Robledo. A empresa recebeu R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014, referentes a supostos “serviços prestados por terceiros”. Trata-se de empresa que teve um salto de receita no ano da eleição, em 2014. Enrique Robledo, entre 2012 e 2015, apresentou movimentação financeira consideravelmente superior à renda declarada, o que indica o recebimento de valores de origem ilícita. O Relatório de Diligência de campo da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte não localizou a empresa ENRIQUE ROBLEDO ME no local que seria de sua sede, o que indica que se trata de empresa de fachada. Tudo isso aponta no sentido de que a empresa individual foi usada apenas para conferir aparência de legalidade a gastos, certamente ilícitos, em prestação de contas eleitorais. A propósito, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 não contêm registro de passagem por conta bancária da empresa dos valores que lhe teriam sido pagos no caso, conforme declarado em prestação de contas eleitorais (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4).

A IPEI n. NT20170001, em seu item 4.2.3, destaca ainda a situação da empresa PAULLIART SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA., que recebeu R\$ 1.123.570,00 (um milhão, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 por supostos serviços de “publicidade por materiais impressos”. Trata-se de empresa que tem como sócios Paulo Roberto Cardoso dos Santos e Ana Karenine Xavier Ferreira, os quais assumiram a titularidade da pessoa jurídica no ano da eleição, em 2014. Paulo Roberto Cardoso dos Santos é mecânico; ele e Ana Karenine Xavier Ferreira não apresentam movimentação financeira entre 2012 e 2015. Trata-se de indivíduos com características próprias de “laranjas” (interpostas pessoas). A empresa declarou ter apenas um funcionário em 2014, data da prestação dos serviços milionários à campanha eleitoral em questão. O RIF n. 24259 do COAF, no início, quando trata das “Comunicações de Operações de que trata a Lei 9.613/98”, em seus itens 2 e 3,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

aponta a movimentação de recursos da PAULLIART SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA. por meio da conta bancária de terceira pessoa, Raline Maria Costa Bezerra, o que constitui indício de lavagem de dinheiro. O mesmo RIF n. 24259 do COAF, ao final, quando trata das “Comunicações de Operações em Espécie”, em seu item 2, aponta saque de elevada quantia em dinheiro relacionado à empresa em questão em 2014. O Relatório de Diligência de campo da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte não localizou a empresa PAULLIART SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA. no local que seria de sua sede, o que indica que se trata de empresa de fachada. Tudo isso aponta no sentido de que a empresa foi usada apenas para justificar gastos, provavelmente ilícitos, em prestação de contas eleitorais, bem como para viabilizar o recebimento de valores, a pretexto de prestação de serviços gráficos, e o posterior saque em espécie, para provável compra de votos ou benefício pessoal. A propósito, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelam que, logo após receber valores da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves, Raline Maria Costa Bezerra efetuou saques de valores significativos em espécie, a indicar desvio dos recursos para finalidade ilícita (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira de Raline Maria da Costa Bezerra relacionada ao caso

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 136.000,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 4.520,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 75.500,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 87.500,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 40.800,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	22/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Saque com cartão	Débito	R\$ 1.700,00	25/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	25/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	26/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.800,00	26/08/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 62.800,00	02/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	02/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	02/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.000,00	02/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 100.000,00	11/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	24/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	24/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 1.000,00	26/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.130,00	26/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	26/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.360,00	26/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	30/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	30/09/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	02/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	02/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	06/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.500,00	06/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 1.000,00	06/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de	Crédito	R\$ 25.000,00	17/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Henrique Alves				
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 75.000,00	17/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 10.000,00	21/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 101.000,00	24/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 89.250,00	24/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 28.000,00	24/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 30.000,00	24/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 50.000,00	24/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 60.000,00	28/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 65.000,00	28/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 30.000,00	28/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 25.000,00	28/10/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 5.000,00	03/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	03/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	03/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 2.000,00	05/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 25.000,00	06/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 25.000,00	06/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.
Saque com cartão	Débito	R\$ 13.334,06	06/11/2014	Conta 305316, agência 1845, Banco do Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A IPEI n. NT20170001, em seu item 4.3 e subitens respectivos, destaca a situação das empresas PERON FILMES PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI, LUA NOVA PRODUÇÕES LTDA. e A V VARELA SOUZA ME, que receberam respectivamente R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) e R\$ 3.375.000,00 (três milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014, supostamente para prestar serviços de “locação e cessão de bens móveis”. Uma proposta de prestação de serviços da empresa PERON FILMES foi apreendida na residência de Henrique Eduardo Lyra Alves (Item 16 do Auto de Apreensão n. 186/2017 e Relatório de Análise de Documentos Apreendidos da Equipe 01-A). As três empresas têm o mesmo endereço. O local tem aparência residencial, conforme Relatório de Diligência de campo da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte. A PERON FILMES PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI, e a LUA NOVA PRODUÇÕES LTDA. não declararam possuir funcionários, nem apresentaram movimentação financeira entre 2012 e 2015, o que indica que se trata de empresas de fachada. Os titulares dessas empresas, Domingos Sávio da Costa Souza e Paulo Thiago Varela Souza, ou não apresentaram movimentação financeira ou apresentaram movimentação financeira pequena no período, o que indica que possivelmente se trata de “laranjas” (pessoas interpostas). O RIF n. 24259 do COAF, no início, quando trata das “Comunicações de Operações de que trata a Lei 9.613/98”, em seu item 1, aponta incompatibilidade entre a movimentação de recursos e a capacidade financeira da empresa A V VARELA SOUZA ME, o que constitui indício de lavagem de dinheiro. O titular da empresa, Arthur Victor Varela Souza, apresenta movimentação financeira pequena entre 2012 e 2015, o que indica que se trata de “laranja” (pessoa interposta). Tudo isso aponta no sentido de que as empresas foram usadas apenas para conferir aparência de legalidade a gastos, provavelmente ilícitos, em prestação de contas eleitorais, bem como para viabilizar o recebimento de valores, a pretexto de prestação de serviços genéricos, e o posterior saque em espécie, para provável compra de votos ou benefício pessoal. A propósito, os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 revelam que uma parte dos valores declarados em prestações de contas como se tivessem sido pagos a essas empresas, no montante total de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), foi movimentado na conta da A V VARELA SOUZA ME, tendo sido constatado que tal empresa individual, logo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

após receber valores da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves, efetuou saques de consideráveis valores em espécie, a indicar desvio dos recursos para finalidade ilícita, valendo ressaltar ainda que não há registro de passagem por sua conta do restante das quantias que teriam sido pagas ao grupo de empresas em questão, conforme declarado em prestação de contas eleitorais (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira de A V Varela Souza ME relacionada ao caso

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 650.000,00	11/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 10.000,00	15/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 55.000,00	16/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 20.000,00	22/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 5.000,00	22/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 9.000,00	25/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 8.000,00	29/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 10.000,00	31/07/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 23.000,00	06/08/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Compensação de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 300.000,00	06/08/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 5.000,00	11/08/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 30.000,00	12/08/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 25.000,00	19/08/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.
Saque em agência	Débito	R\$ 10.000,00	01/09/2014	Conta 277055, agência 9314, Itaú Unibanco.

Finalmente, a IPEI n. NT20170001, em seus itens 4.4, 4.4.1, 4.4.1.1 e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4.4.1.2, destaca a situação da empresa ART&C MARKETING POLÍTICO LTDA., que recebeu R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014, em razão de supostos “serviços prestados por terceiros”. Trata-se de empresa que tem como sócios Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara e Cassiano Arruda Câmara, respectivamente cunhado e sogro de Henrique Eduardo Lyra Alves, além de, na época, George Wilde Silva de Oliveira, ex-funcionário da pessoa jurídica. A empresa declarou um único funcionário entre 2012 e 2014 e nenhum em 2015. George Wilde Silva de Oliveira apresentou movimentação financeira bem superior aos rendimentos declarados, especialmente no ano de 2014, o que indica o recebimento de valores de origem ilícita. Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara declara empréstimo escalonado, desde 2011, no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), a George Wilde Silva de Oliveira. Esse pretense mútuo pode consistir em tentativa de justificação de eventuais repasses de recursos ilícitos por George Wilde Silva de Oliveira em favor de Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara. Tal contexto evidencia que a empresa foi sendo usada para direcionar altos valores da campanha em benefício pessoal de familiares do candidato. Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 apontam nada mais nada menos do que **1.175 (mil, cento e setenta e cinco)** contatos entre Henrique Eduardo Lyra Alves e terminal cadastrado em nome da ART&C MARKETING POLÍTICO LTDA., além de **2 (dois)** contatos entre a empresa e Eduardo Cosentino da Cunha, em 21/11/2014, no período pós-eleitoral de 2014 (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR).

Depoimentos colhidos ao longo do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN demonstram que, na verdade, o cunhado de Henrique Eduardo Lyra Alves, Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, foi o coordenador de fato da campanha ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014. João Gregório Júnior, o contador formalmente responsável pelas contas da campanha, afirmou: “*QUE conhece ARTURO ARRUDA CÂMARA, cunhado de HENRIQUE; QUE ARTURO era o coordenador da campanha; QUE era ARTURO quem determinava os pagamentos das despesas de campanha*” (fls. 72/75 do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). José Eurico Alecrim Filho, tesoureiro formal do PMDB do Rio Grande do Norte, afirmou: “*QUE ARTURO era responsável por trazer para o Diretório Regional do PMDB a relação, encaminhada por HENRIQUE ALVES, dos pagamentos para os candidatos parlamentares que o*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

estavam apoiando na campanha de 2014” (fls. 100/104 do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Enrique Robledo, um dos contratados pela campanha, afirmou: “QUE soube por ouvir dizer que ARTURO, da ART&C, era responsável pelos pagamentos devidos pela campanha eleitoral, como uma espécie de coordenador financeiro” (Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, juntamente com Carlos Frederico Queiroz Batista, foi o grande artífice do esquema de lavagem de valores ilícitos por meio de prestação de contas eleitorais na campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014. Para isso, recebeu, por meio da sua empresa ART & C MARKETING POLÍTICO LTDA., **R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais)**. Ademais, vale ressaltar que os dados bancários do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam uma transferência de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** de Arturo Silveira Dias Arruda Câmara (conta n. 11861, agência n. 161, Banco Safra) para Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva (conta n. 40640, agência n. 2035, Banco do Brasil), na data de 16/10/2014, exatamente no período eleitoral (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório 4). Já no dia seguinte, como mencionado anteriormente, Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva fez duas transferências, uma de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e outra de R\$ 100.014,00 (cem mil e quatorze reais), em favor de Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara (Relatório de Análise de Mídia Apreendida – Equipe 02 – Item 07, juntado diretamente aos autos eletrônicos).

Por outro lado, o Relatório de Diligência de campo da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte não localizou a empresa GILLIANO MIDSON DE PAIVA SOUZA ME no local que seria sua sede, o que indica que se trata de empresa de fachada. A empresa recebeu R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 por supostos serviços de “produção de programa de rádio, televisão ou vídeo”. A inexistência física da empresa e a ausência de constatação de seu efetivo funcionamento apontam no sentido de que ela foi usada apenas para justificar gastos, provavelmente ilícitos, em prestação de contas eleitorais. Os dados bancários obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam que os pagamentos feitos pela campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves a GILLIANO MIDSON DE PAIVA SOUZA ME na verdade reverteram, substancialmente, em favor de Aldo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Eden Cassol Stam, que, de acordo com informações da Polícia Federal, é neurocirurgião em São Paulo/SP, o que demonstra a destinação final dos valores em benefício particular (Caso Simba 001-MPF-002353-44, Caderno Bancário n. 5, Relatório Tipo 4):

Movimentação financeira de Gilliano Midson de Paiva Souza ME relacionada ao caso

Descrição da operação	Tipo de operação	Valor	Data	Conta
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 150.000,00	29/08/2014	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.
Transferência para Aldo Eden Cassol Stam	Débito	R\$ 50.000,00	04/09/2014	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 50.000,00	10/09/2014	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.
Transferência para Aldo Eden Cassol Stam	Débito	R\$ 100.000,00	17/09/2014	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.
Depósito de cheque da conta de campanha de Henrique Alves	Crédito	R\$ 100.000,00	09/10/2014	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.
Transferência para Aldo Eden Cassol Stam	Débito	R\$ 50.000,00	05/01/2015	Conta 228152, agência 7123, Itaú Unibanco.

Paralelamente a isso, em diligência de busca e apreensão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cautelar n. 4044/DF, foi arrecadada na residência de Henrique Eduardo Lyra Alves em Natal/RN uma planilha que retrata distribuição de valores a “líderanças” em sua campanha a Governador do Rio Grande do Norte em 2014, o que demonstra a efetiva prática de compra de votos. Tal elemento consta do item 09 do Auto de Apreensão n. 502/2015 – Operação Catilínicas – Equipe RN-01 e do item 2.9 do Relatório de Análise de Material Apreendido n. 64/2016 – AC 4044 – Equipe RN-01 (fls. 3253/3271 da Ação Cautelar n. 4044/DF, volume 16). Houve autorização do Supremo Tribunal Federal para compartilhamento dos dados da cautelar em referência, os quais foram remetidos em sua integralidade pela Procuradoria-Geral da República (Anexo II do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Em todo esse contexto, chega-se à conclusão de que, entre 2012 e no mínimo o início de 2015, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os ex-Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Eduardo Lyra Alves, em conjunto com empreiteiros, destacando-se, no caso, pelo menos, José Adelmário Pinheiro Filho (“Léo Pinheiro”) da OAS e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis da Odebrecht, constituíram grupo criminoso organizado, formado de mais de quatro pessoas, sendo duas delas agentes públicos (parlamentares), estruturalmente ordenado, com divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagem financeira das empresas mediante doações eleitorais oficiais e não oficiais, em troca da atuação política de ambos os ex-parlamentares em favor dos interesses dos respectivos grupos empresariais, praticando crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, que têm pena máxima superior a quatro anos. No comando do grupo, formando seu núcleo político, encontravam-se os ex-Deputados Federais, que recebiam propina e atuavam em favor de empreiteiras; em nível intermediário, formando o núcleo econômico do grupo, situavam-se os empresários e executivos representantes de empreiteiras, que pagavam propina e eram contempladas com favores dos então parlamentares; em instância inferior, compondo o núcleo financeiro ou operacional, localizavam-se os responsáveis pelo aperfeiçoamento do processo de lavagem do dinheiro ilícito, por meio de prestações de contas em campanhas eleitorais. Em relação ao último núcleo, identificou-se sua atuação especialmente na campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, mediante a utilização da empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., de propriedade de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, e da empresa Art & C Marketing Político Ltda., de propriedade do cunhado do candidato, Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, para adoção de diversas estratégias fraudulentas voltadas à ocultação e dissimulação do uso de valores de origem e destinação ilícitas.

Assim, resta clara a prática, no caso, dos crimes de corrupção passiva qualificada, corrupção ativa qualificada, lavagem de dinheiro qualificada e organização criminosa qualificada, previstos nos artigos 317, § 1º, e 333, parágrafo único, ambos do Código Penal, no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 e no artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013. As evidências apresentadas comprovam que, por meio de estrutura delitiva organizada, os envolvidos utilizaram-se do sistema eleitoral para receber recursos ilícitos e simular despesas, conferindo aparência de legalidade a gastos na verdade ilícitos, em compra de votos e de apoio político e até mesmo em proveito pessoal.

A prestação de contas de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014 não foi aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN. O Tribunal Superior Eleitoral – TSE concedeu provimento a recurso do candidato e aprovou as contas em questão com ressalvas. Cópia integral dos autos e das respectivas decisões encontram-se às fls. 21/22 e 426/459 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 (Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). No entanto, a Justiça Eleitoral não teve conhecimento dos elementos que instruem a presente investigação, realizando uma análise superficial e predominantemente formal do caso.

Além de tudo quanto já exposto, as diligências realizadas no Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 procuraram esclarecer o contexto e o significado da seguinte mensagem enviada por José Adelmário Pinheiro Filho para o executivo da OAS Antônio Carlos Mata Pires em 26/03/2013: *“Henrique Alves me ligou x nossa negociação com o América de Natal. Falo-me do nº de cadeiras: 1650 para 2000 E do valor mensal: 50mil para 100mil. Vc vê com Cadu? Bjs”* (Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 001/2015, página 58, mídia de fls. 42 do Processo n. 0001430-69.2016.4.05.8400 Apenso II do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). A oitiva do presidente do América Futebol Clube de Natal na época, Alex Sandro Ferreira de Melo, elucidou o fato (fls. 463/470 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 – Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Henrique Eduardo Lyra Alves, entre março e julho de 2013, intercedeu perante “Léo Pinheiro” para que a OAS celebrasse contratos de utilização da Arena das Dunas em condições mais favoráveis não só em prol do América, mas também em benefício do ABC Futebol Clube. Cada uma das equipes chegou a receber, somente de “luvas”, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no segundo semestre de 2013. Os fatos foram confirmados pelo presidente do ABC no período, Rubens Guilherme Dantas (fls. 471/472 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Cópia dos contratos consta das fls. 251/403 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 (Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). Matérias jornalísticas sobre a situação, apontando a participação de Henrique Eduardo Lyra Alves nos fatos, constam das fls. 421/425 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 (Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN). A obtenção de auxílio financeiro aos times de futebol do Rio Grande



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

do Norte como ponto integrante dos interesses políticos de Henrique Eduardo Lyra Alves é indicada pelas reportagens de fls. 117/132 e pela documentação da Caixa Econômica Federal de fls. 409/410 do Procedimento Investigatório Criminal n. 1.28.000.001968/2016-92 (Apenso I do Inquérito Policial n. 020/2017-SR/PF/RN).

Os dados telefônicos obtidos na medida cautelar objeto do Processo n. 0001451-45.2016.4.05.8400 evidenciam vários contatos entre Henrique Eduardo Lyra Alves e os terminais usados por Alex Sandro Ferreira Melo, presidente do América de Natal na época, e pelo representante do ABC Futebol Clube encarregado de tratar do assunto, Sílvio de Araújo Bezerra, de um lado, além de contatos telefônicos entre Eduardo Henrique Lyra Alves e José Adelmário Pinheiro Filho, inclusive na época dos fatos, de outro, todos no ano de 2013. Sílvio de Araújo Bezerra, inclusive, manteve contato telefônico diretamente com “Léo Pinheiro” na data em que a negociação foi fechada, em 23/07/2013 (Caso Sittel n. 2330, Relatório de Análise n. 017/2017-SPEA/PGR). Na mesma época, como já narrado, Henrique Eduardo Lyra Alves atuou em prol da OAS na superação dos entraves à liberação do financiamento do BNDES para construção da Arena das Dunas.

No caso, portanto, houve solicitação de vantagem indevida, por parte de Henrique Eduardo Lyra Alves, em favor de terceiro, em razão do auxílio político e parlamentar prestado pelo então Deputado Federal ao grupo empresarial OAS, o que de fato veio a ocorrer, configurando o crime de corrupção passiva qualificada, previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal. O empreiteiro ofertou e de fato pagou os valores ilícitos, vindo a obter efetivamente ajuda do parlamentar, o que caracteriza o crime de corrupção ativa qualificada, descrito no artigo 333, parágrafo único, do Código Penal. A propina, na situação, foi paga por meio de repasse de valores a pessoas jurídicas relacionadas ao então Deputado Federal, o que é uma das típicas modalidades de pagamento de vantagens indevidas constatadas na “Operação Lava Jato”.

6. Enquadramento legal das condutas

Entre 28/06/2012 e 29/06/2012, em 13/08/2012, entre 13/08/2012 e 11/09/2012, entre 22/08/2012 e 12/09/2012, bem como entre 16/10/2012 e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

17/10/2012, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam, no total, R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de “doações” feitas ao Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, dentro e fora do período eleitoral, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que efetivamente veio a ocorrer, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os envolvidos agiram em *cinco* ocasiões distintas, em diferentes circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução. Assim, os ex-parlamentares cometeram **05 (cinco) vezes** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**), ao passo que o empreiteiro praticou igualmente **04 (quatro) vezes** os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso material (**artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com o artigo 69 do Código Penal**).

Entre março e julho de 2013, em Natal/RN, o ex-Deputado Federal Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitou vantagem indevida à OAS em favor dos clubes de futebol ABC e América de Natal, intercedendo perante José Adelmário Pinheiro Filho a fim de que a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

empreiteira celebrasse com essas equipes contratos de utilização da Arena das Dunas, em Natal/RN, em condições mais favoráveis aos times de futebol, os quais receberam, somente a título de luvas, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) cada um. “Léo Pinheiro”, livre, consciente e voluntariamente, ofertou e efetivamente pagou os valores em questão para manter bom relacionamento com Henrique Eduardo Lyra Alves, o qual, na mesma época, em junho e julho de 2013, veio a atuar em favor dos interesses da empreiteira exatamente na superação de entraves à liberação do financiamento do BNDES referente à construção da Arena das Dunas. O ex-Deputado Federal cometeu **01 (uma)** vez o crime de corrupção passiva qualificada (**artigo 317, § 1º do Código Penal**), ao passo que o empreiteiro praticou igualmente **01 (uma)** vez o crime de corrupção ativa qualificada (**artigo 333, parágrafo único, do Código Penal**).

Entre 23/07/2014 e 11/09/2014, bem como entre 24/06/2014 e 27/08/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de “doações” feitas ao Diretório Nacional do PMDB e ao Diretório Estadual do PMDB/RN que, em última análise, pelo menos parcialmente, chegaram à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor da empreiteira OAS, que ofertou e de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como “Léo Pinheiro”, o qual também agiu livre, consciente e voluntariamente. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses da empreiteira, o que inclusive já tinha ocorrido no passado, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Os envolvidos agiram em *duas* ocasiões distintas, em diferentes circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Assim, os ex-parlamentares cometeram **02 (duas) vezes** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**), ao passo que o empreiteiro praticou igualmente **02 (duas) vezes** os crimes de corrupção ativa qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso material (**artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com o artigo 69 do Código Penal**).

Entre 16/10/2014 e 23/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram vantagens indevidas, em valor não especificado, a serem pagas de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais feitas à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar de ambos em favor das empreiteiras OAS e Odebrecht, tendo essa última de fato repassado pelo menos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a esse título, através do Diretório Nacional do PMDB e do Diretório Estadual do PMDB/RN, por meio do executivo Benedicto Barbosa Júnior. Os valores destinaram-se a levar os ex-parlamentares a atuar politicamente em prol dos interesses das empreiteiras. Tratava-se de valores devidos pela OAS, mas, em razão da afirmativa de “Léo Pinheiro” de que não era viável a realização do pagamento naquela ocasião, as quantias acabaram sendo solicitadas à Odebrecht, para posterior compensação entre as empreiteiras. A atuação dos ex-parlamentares em favor da OAS já tinha ocorrido no passado, em especial no ano de 2013, por meio da superação de restrições à participação da empresa na privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, por meio da aprovação do projeto da Lei Complementar n. 283/2013, referente à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, e da superação de entraves à liberação de financiamento do BNDES relativo à obra da Arena das Dunas, em Natal/RN. O repasse de propina por meio de doação eleitoral disfarçada de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Assim, os ex-parlamentares cometeram **01 (uma) vez** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**).

Entre 02/08/2014 e 16/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa nesse sentido e efetivamente receberam R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de doação eleitoral não contabilizada (caixa dois), acertada com o executivo da Odebrecht Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis (que ofereceu e pagou os valores, agindo livre, consciente e voluntariamente) e destinada à campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da promessa de privatização da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, na qual havia interesse da empreiteira em realizar investimento. O repasse de propina por meio de valores em espécie, a pretexto de utilização em campanha eleitoral, não tendo havido a correspondente declaração em prestação de contas, consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Assim, os ex-parlamentares cometeram **01 (uma) vez** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**), ao passo que o executivo da empreiteira praticou igualmente **01 (uma) vez** os crimes de corrupção ativa qualificada e lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso material (**artigo 333, parágrafo único, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com o artigo 69 do Código Penal**).

Entre 10/06/2014 e 22/10/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram e efetivamente receberam R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, em razão da atuação política e parlamentar, sobretudo de Eduardo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Cosentino da Cunha, em favor da empreiteira Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, que de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente Ricardo Pernambuco Júnior. Os valores destinavam-se a fazer com que Eduardo Cunha continuasse a, por meio de sua atuação política e parlamentar, agir no futuro em prol dos interesses da empreiteira, o que inclusive já tinha ocorrido no passado, em especial entre os anos de 2011 e 2013, por meio da obtenção de financiamento perante a Caixa Econômica Federal para obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, em função do que os dois ex-Deputados Federais receberam vantagens indevidas no exterior, fato que já é objeto de ação penal própria. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita dos valores, provenientes de crime de corrupção. Assim, os ex-parlamentares cometeram **01 (uma) vez** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**).

Entre 30/07/2014 e 18/09/2014, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os então Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, de modo livre, consciente e voluntário, solicitaram e efetivamente receberam R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), de forma oculta e disfarçada, por meio de doações eleitorais oficiais feitas ao Diretório Nacional do PMDB, as quais foram repassadas, em sua integralidade, ao Diretório Estadual do Rio Grande do Norte, que as repassou, pelo menos em parte, à conta de campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em razão da atuação política e parlamentar, sobretudo de Eduardo Cosentino da Cunha, em favor da empreiteira Andrade Gutierrez, que de fato pagou os valores em questão, por intermédio de seu então presidente Otavio Marques de Azevedo. Os valores consistiram em contrapartida pela atuação de Eduardo Cosentino da Cunha na alteração da redação da Medida Provisória n. 627/2013, que tratava da tributação do lucro de empresas brasileiras no exterior, de modo que o texto final do ato legislativo correspondente contivesse normas que contemplassem os interesses da empresa, o que acabou de fato ocorrendo. O repasse de propina por meio de doações eleitorais disfarçadas de seu real propósito consistiu em estratégia de dissimulação da origem ilícita



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

dos valores, provenientes de crime de corrupção. Assim, os ex-parlamentares cometeram **01 (uma) vez** os crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas e em concurso material (**artigo 317, § 1º, do Código Penal e artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinados com os artigos 29 e 69 do Código Penal**).

Entre julho de 2014 e fevereiro de 2015, em Natal/RN, Henrique Eduardo Lyra Alves, seu aliado político Carlos Frederico Queiroz Batista Silva e seu cunhado Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara usaram a campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2014 como mecanismo de lavagem de dinheiro proveniente do crime de corrupção passiva. Foram utilizadas empresas familiares, empresas de aliados políticos e empresas de fachada (sem existência de fato e constituídas em nome de “laranjas”) para justificar, ocultar e dissimular, em prestação de contas eleitoral, a utilização de recursos de origem e destinação ilícitas (em proveito pessoal, em compra de votos e de apoio político) pela campanha em questão. Constatou-se significativa soma de valores sacados em espécie, bem como transferências para políticos ou pessoas politicamente relacionadas, evidenciando ilicitude não só na obtenção de doações eleitorais, mas também em despesas de campanha. Só pela empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., administrada de fato por Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, transitaram R\$ 9.031.500,00 (nove milhões, trinta e um mil e quinhentos reais) da campanha de Henrique Alves, dos quais R\$ 5.539.000,00 (cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais) foram sacados em espécie para uso ilícito. Já à empresa Art & C Marketing Político Ltda., de propriedade de Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, a campanha de Henrique Alves transferiu R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais), revertidos em favor da família do candidato. Os envolvidos praticaram, então, o crime de lavagem de dinheiro qualificada pela reiteração e pela prática no âmbito de organização criminosa, em concurso de pessoas (**artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, combinado com o artigo 29 do Código Penal**).

A análise completa dos fatos revela que, entre 2012 e no mínimo o início de 2015, em Brasília/DF, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN, os ex-Deputados Federais Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves, em conjunto com empreiteiros, destacando-se, no caso, pelo menos, José



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Adelmário Pinheiro Filho (“Léo Pinheiro”) da OAS e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis da Odebrecht, constituíram grupo criminoso organizado, formado de mais de quatro pessoas, sendo duas delas agentes públicos (parlamentares), estruturalmente ordenado, com divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagem financeira das empresas mediante doações eleitorais oficiais e não oficiais, em troca da atuação política de ambos os ex-parlamentares em favor dos interesses dos respectivos grupos empresariais, praticando crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, que têm pena máxima superior a quatro anos. No comando do grupo, formando seu núcleo político, encontravam-se os ex-Deputados Federais, que recebiam propina e atuavam em favor de empreiteiras; em nível intermediário, formando o núcleo econômico do grupo, situavam-se os empresários e executivos representantes de empreiteiras, que pagavam propina e eram contempladas com favores dos então parlamentares; em instância inferior, compondo o núcleo financeiro ou operacional, localizavam-se os responsáveis pelo aperfeiçoamento do processo de lavagem do dinheiro ilícito, por meio de prestações de contas em campanhas eleitorais. Em relação ao último núcleo, identificou-se sua atuação especialmente na campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014, mediante a utilização da empresa Pratika Locação de Equipamentos Ltda., de propriedade de Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, e da empresa Art & C Marketing Político Ltda., de propriedade do cunhado do candidato, Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara, para adoção de diversas estratégias fraudulentas voltadas à ocultação e dissimulação do uso de valores de origem e destinação ilícitas. Todos, agindo de modo livre, consciente e voluntário, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, praticaram o crime de pertinência a organização criminosa qualificada (**artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013**).

No entanto, Eduardo Cosentino da Cunha e Henrique Eduardo Lyra Alves já são investigados, no Supremo Tribunal Federal, pelo crime do artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, no Inquérito n. 4327/DF, que trata da organização criminosa do PMDB da Câmara dos Deputados no âmbito da “Operação Lava Jato”. Por outro lado, José Adelmário Pinheiro Filho e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis já são processados e investigados, pelo delito de pertinência a organização criminosa, em diversos casos submetidos à 13ª Vara Federal do Paraná, em Curitiba, também no contexto da “Operação Lava Jato”. Por isso, não se imputa a nenhum dos quatro, na presente situação, o delito do artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

7. Pedidos

Assim, diante de provas de materialidade e autoria delitiva, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** oferece a presente **denúncia** contra **EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS, CARLOS FREDERICO QUEIROZ BATISTA DA SILVA e ARTURO SILVEIRA DIAS DE ARRUDA CÂMARA**, bem como requer:

- 1) o recebimento da denúncia, com a comunicação do fato à Polícia Federal para devido registro em seus sistemas e a citação dos denunciados para responderem à acusação, por escrito, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, não sendo aplicável ao caso o rito especial dos crimes funcionais praticados por servidores públicos (artigo 514 do Código de Processo Penal), tanto pelo fato de os agentes públicos não mais ostentarem tal condição (ex-parlamentares), como pela circunstância de estarem a eles sendo imputados também crimes não funcionais (entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal: *STF, Segunda Turma, RHC n. 127296/PR, rel. Min. Dias Toffoli, j. 02.06.2015, v.u., DJE de 30.06.2015; STF, Primeira Turma, HC n. 95969/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 12.05.2009, v.u., DJE de 10.06.2009*);
- 2) após a apresentação das respostas escritas, a confirmação do recebimento da denúncia, com a designação de audiência de instrução para a oitiva das testemunhas abaixo arroladas e o interrogatório dos acusados;
- 3) durante a instrução do feito, a adoção de diligências que venham a ser consideradas necessárias para pleno esclarecimento dos fatos
- 4) ao final, a condenação dos réus do seguinte modo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

a) Eduardo Cosentino da Cunha às penas previstas no artigo 317, § 1º, do Código Penal (onze vezes) e no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (onze vezes), nos termos dos artigos 29 e 69 do Código Penal;

b) Henrique Eduardo Lyra Alves às penas previstas no artigo 317, § 1º, do Código Penal (doze vezes) e no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (doze vezes), nos termos dos artigos 29 e 69 do Código Penal;

c) José Adelmário Pinheiro Filho às penas previstas no artigo 333, parágrafo único (sete vezes) e no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (oito vezes), nos termos do artigo 69 do Código Penal;

d) Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis às penas previstas no artigo 333, parágrafo único (uma vez) e no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (uma vez), nos termos do artigo 69 do Código Penal, substituindo-se as sanções, ao final, pelas penas previstas em seu acordo de colaboração premiada, devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (Petição n. 6481 do STF, cópia incluída diretamente nos autos eletrônicos);

e) Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva às penas previstas no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (uma vez) e no artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013 (uma vez), nos termos dos artigos 29 e 69 do Código Penal;

f) Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara às penas previstas no artigo 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (uma vez) e no artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013 (uma vez), nos termos dos artigos 29 e 69 do Código Penal;

5) a condenação dos acusados à reparação dos danos materiais e morais causados por suas condutas, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, fixando-se um valor mínimo equivalente ao montante das vantagens indevidas solicitadas e recebidas no caso, em total não inferior a R\$ 15.500.000,00 (quinze



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

milhões e quinhentos mil reais), considerando inclusive que as lesões decorrentes da corrupção e da lavagem de dinheiro são difusas (gravames à ordem econômica, à administração da justiça e à administração pública, inclusive à respeitabilidade das instituições públicas perante a sociedade brasileira), sendo dificilmente quantificadas;

6) a decretação da perda da função pública para os condenados detentores de cargo ou emprego público ou mandato eletivo, principalmente por terem agido com violação de seus deveres para com o Poder Público e a sociedade, nos termos do art. 92 do Código Penal.

O não-oferecimento da denúncia em face de outras pessoas ou em relação a outros fatos não importa em arquivamento implícito. Reserva-se o órgão ministerial a possibilidade de aditamento da peça acusatória em momento oportuno, caso surjam elementos suficientes para tanto.

Natal, Rio Grande do Norte, 16 de junho de 2017.

RODRIGO TELLES DE SOUZA
Procurador da República

FERNANDO ROCHA DE ANDRADE
Procurador da República

CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA
Procuradora da República

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES
Procurador da República

PAULO SÉRGIO DUARTE DA ROCHA JÚNIOR



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Procurador da República

RENAN PAES FÉLIX
Procurador da República

ANDERSON DANILLO PEREIRA LIMA
Procurador da República

EMANUEL DE MELO FERREIRA
Procurador da República

MARIA CLARA LUCENA DUTRA DE ALMEIDA BRITO
Procuradora da República

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. Testemunhas sobre pagamento de propina por meio de doações eleitorais em geral:

a) ALBERTO YOUSSEF (colaborador), brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n. 532.050.659-72, residente na Rua Afonso Braz, n. 714, apartamento 111A, Soho, Vila Conceição, São Paulo/SP, onde cumpre atualmente pena de prisão domiciliar;

b) PAULO ROBERTO COSTA (colaborador), brasileiro, ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, inscrito no CPF/MF sob o n. 302.612.879-15, residente na Rodovia BR 040, Condomínio Quinta do Lago, Lote 02, Itaipava, Petrópolis/RJ, onde cumpre atualmente prisão domiciliar;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2. Testemunhas sobre a atuação de Henrique Eduardo Lyra Alves em favor da OAS no caso da Arena das Dunas:

a) CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES, brasileiro, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, inscrito no CPF/MF sob o n. 737.262.494-00, com domicílio funcional na Avenida Presidente Getúlio Vargas, n. 690, Petrópolis, Natal/RN;

b) ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA, brasileiro, Ministro Emérito do Tribunal de Contas da União, atualmente aposentado, inscrito no CPF/MF sob o n. 001.806.101-04, residente na SQS 316, Bloco C, apartamento 604, Brasília/DF;

3. Testemunhas sobre o repasse de vantagens indevidas pela Odebrecht:

a) BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR (colaborador), brasileiro, ex-executivo da Odebrecht, inscrito no CPF/MF sob o n. 015.225.538-94, residente na Rua Codajás, n. 372, Condomínio Jardim Pernambuco, Rio de Janeiro/RJ;

b) ALEXANDRE JOSÉ LOPES BARRADAS (colaborador), brasileiro, ex-executivo da Odebrecht, inscrito no CPF/MF sob o n. 121.042.725-72, residente na Avenida Juracy Magalhães Junior, n. 1889, apartamento 2302, Salvador/BA;

c) JAIME MARIZ FARIA JUNIOR, brasileiro, servidor público federal aposentado, inscrito no CPF/MF sob o n. 108.217.164-68, residente na Rua Miguel Barra, n. 800, apartamento 1500, Tirol, Natal/RN;

d) HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO (colaborador), brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 05.062.765-20, residente na Rua Sabino Silva, n. 443, apartamento 901, Salvador/BA;

4. Testemunhas sobre o repasse de vantagens indevidas pela Carioca Engenharia:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

a) **RICARDO PERNAMBUCO JUNIOR (colaborador)**, brasileiro, ex-presidente da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, inscrito no CPF/MF sob o n. 002.219.087-22, residente na Rua Elvira Ferraz, n. 250, 11º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP;

5) Testemunhas sobre o repasse de vantagens indevidas pela Andrade Gutierrez:

a) **MARCELO BAHIA ODEBRECHT (colaborador)**, brasileiro, ex-presidente da Odebrecht, inscrito no CPF/MF sob o n. 487.956.235-15, residente na Rua Joaquim Cândido de Azevedo Marques, n. 750, Lote 19, Quadra 03, Morumbi, São Paulo/SP;

b) **CLÁUDIO MELO FILHO (colaborador)**, brasileiro, ex-executivo da Odebrecht, inscrito no CPF/MF sob o n. 358.882.885-00, residente na SHIS, QI 07, Conjunto 14, Casa 20, Lago Sul, Brasília/DF;

c) **OTÁVIO MARQUES AZEVEDO (colaborador)**, brasileiro, ex-presidente da Andrade Gutierrez, inscrito no CPF/MF sob o n. 129.364.566-49, residente na Rua Afonso Braz, n. 115, apartamento 91, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP;

6. Testemunhas sobre a compra de apoio político por meio da empresa Pratika:

a) **ANA KARLA CARTAXO MOURA RODRIGUES DE AQUINO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n. 826.749.064-72, residente na Rua Maria Rosa, n. 1165, apartamento 601, Manaíra, João Pessoa/PB;

b) **CLÁUDIO HENRIQUE PESSOA PORPINO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 378.917.404-10, residente na Rua Capitão Dobico, n. 2400, apartamento 1003, Lagoa Nova, Natal/RN;

c) **JERÔNIMO DA CÂMARA FERREIRA DE MELO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 427.520.434-49, residente na Rua Mipibu, n. 440, Bloco A, apartamento 400, Petrópolis, Natal/RN.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

d) RAIMUNDO INÁCIO FILHO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 430.594.904-06, residente na Rua Pedro Velho, n. 671, Centro, Caicó/RN.

e) EDMILSON INÁCIO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 18253377487, residente na Rua da Mata, s/n, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN.

7. Testemunhas sobre a atuação de Arturo Silveira Dias de Arruda Câmara como coordenador de fato da campanha de Henrique Eduardo Lyra Alves em 2014:

a) JOÃO GREGÓRIO JÚNIOR, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 096.199.334-00, residente na Rua Palmeira Imperial, n. 94, Cidade Verde, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, com domicílio profissional na Rua Nossa Senhora da Candelária, n. 3501, Candelária, Natal/RN;

b) JOSÉ EURICO ALECRIM FILHO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 019.989.274-15, residente na Rua Theodorico Guilherme, n. 2274, Nova Descoberta, Natal/RN;

c) JOSÉ ALBERTO DANTAS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 704.004.824-87, residente na Fazenda Irmãs Costa Dantas, n. 260, Povoado Mina Mora, Zona Rural, Ceará-Mirim/RN, com domicílio profissional na Avenida Dão Silveira, n. 7940, loja 04, Pitimbu, Natal/RN (Infinity Car Comércio de Veículos Ltda.);

d) HENRIQUE ROBLEDO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 015.719.624-09, residente na Rua Mandacaru, 2160, bairro Lagoa Nova, Natal/RN;

8. Testemunhas sobre a solicitação de vantagens indevidas para times de futebol:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

a) ALEX SANDRO FERREIRA DE MELO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 778.495.824-20, residente na Avenida Governador Silvio Pedroza, n. 316, apartamento 800, Areia Preta, Natal/RN;

b) RUBENS GUILHERME DANTAS, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n. 460.675.407-20, residente na Avenida Comandante Petit, n. 56, Centro, Parnamirim/RN.